



# Anais da Assembléia

Nº 026

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE MARÇO DE 1997

ANO XXXII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT .....	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL .....	Deputado ELIO RUSCH
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PT .....	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB .....	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Alvanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Elío Rusch - Hidetazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Rony Bor-sato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Nei-vo Beraldin; PTB - 06: Ademair Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Co-lombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª**

**LEGISLATURA**

**ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 1997**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)  
- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 321**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 552/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Odontologia Seção Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) ÂNGELO VANHONI

**REQUERIMENTO Nº 331**

Senhor Presidente.

O quociente para organizar as Comissões Permanentes, de Inquérito e Especiais para a 3ª Sessão Legislativa da 13ª Legislatura, conforme a composição partidária nesta data.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
15 MEMBROS**

PARTIDO Nº DEPUTADOS QUOCIENTE MEMBROS			
PDT	10	2,77	03
PMDB	10	2,77	03
PSDB	09	2,50	02
PTB	07	1,94	02
PPB	06	1,66	02
PFL	06	1,66	02
PT	05	1,38	01
PL	01	0,27	00

**COMISSÕES COM SETE MEMBROS  
AS OUTRAS COMISSÕES PERMANENTES E AS  
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

PARTIDO Nº DEPUTADOS QUOCIENTE MEMBROS			
PDT	10	1,29	01
PMDB	10	1,29	01
PSDB	09	1,16	01
PTB	07	0,90	01
PPB	06	0,77	01
PFL	06	0,77	01
PT	05	0,64	01
PL	01	0,12	00

**COMISSÕES ESPECIAIS COM 5 MEMBROS**

PARTIDO Nº DEPUTADOS QUOCIENTE MEMBROS			
PDT	10	0,92	01
PMDB	10	0,92	01
PSDB	09	0,83	01
PTB	07	0,64	01

PPB	06	0,55	01
OU			
PFL	06	0,55	01
PT	05	0,46	00
PL	01	0,09	00

**OBSERVAÇÃO:**

O art. 29 do Regimento Interno: A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes, dentro de quinze dias.

Art. 31 do Regimento Interno: As Comissões Permanentes organizar-se-ão dividindo o número de membros de cada Comissão e o número de Deputados de cada Partido ou Bloco Parlamentar pelo quociente assim obtido. O quociente final representará o número de membros do Partido ou Bloco Parlamentar, cujos nomes serão indicados pelo respectivo Líder.

Parágrafo Único - Se por esse processo não se preencherem todos os lugares de cada Comissão, caberão os lugares vagos aos Partidos ou Blocos Parlamentares ainda não representados, na ordem decrescente do número de membros da Bancada.

Art. 41 do Regimento Interno: Se qualquer das Comissões Permanentes, Especiais ou de Inquérito, não se instalarem dentro de cinco dias da sua organização, o Presidente da Assembléia convocará os seus membros com a antecedência de vinte e quatro horas para se reunirem em uma das salas do Edifício da Assembléia, sob a Presidência do 1º vice-Presidente da Assembléia, e elegerem o Presidente e vice-Presidente da Comissão.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) ANIBAL KHURY

**PDT - 10 DEPUTADOS**

Edgar Bueno - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini - Joel Coimbra

**PSDB - 09 DEPUTADOS**

Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada - Carlos Simões

**PMDB - 10 DEPUTADOS**

Cleiton Kielse - Durval Amaral - José Tavares - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Toti Colaço - Sâmis da Silva

**PTB - 07 DEPUTADOS**

Luiz Carlos Alborghetti - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Marquinhos Alves - Nelson Justus - Hermas Brandão

**PPB - 06 DEPUTADOS**

Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Irondi Pugliesi - João Tecchy Filho - Neivo Beraldin

**PFL - 06 DEPUTADOS**

Reny Borsatto - Plauto Miró - Nelson Garcia - Hidekazu Takayama - Élio Rusch - Basílio Zanusso

**PT - 05 DEPUTADOS**

Irineu Colombo - Ângelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Péricles Mello

**PL - 01 DEPUTADO**

Horácio Rodrigues

**REQUERIMENTO Nº 329**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER à Mesa Executiva da ALEP, autorização para que seja realizada Sessão Especial, nesta Casa de Leis, em comemoração aos 75 anos de Fundação do PC do B (Partido Comunista do Brasil), no dia 02 de abril do presente ano.

Na oportunidade, esclarecemos que tal passagem representa falta importante para a política nacional, dado que a história de lutas do referido Partido se confunde com a busca de uma sociedade melhor para todos os brasileiros.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoio: Péricles Mello

**REQUERIMENTO Nº 309**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de votos de pesar pelo falecimento de Idalécio Bueno, no dia 09.03, na cidade de

Ibiporã, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

O senhor Idalécio Bueno, era empresário, pastor evangélico e participava ativamente no seio da sociedade ibiporãense e inclusive na política e, conseqüentemente muito conhecimento também na região.

Sua morte causou profunda revolta em toda a família ibiporãense, pois foi trágica e brutalmente espancado na presença da esposa e seus filhos menores por policiais da Polícia Militar, enquanto sob custódia da mesma, em conseqüência de um entrevero de trânsito com um dos policiais.

**REQUERIMENTO Nº 310**

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento de Wanderson Luiz Rodrigues, aos 23 anos de idade, ocorrido no dia 03.03.97, no Município de Pinhais.

Wanderson era um jovem comerciante, radicado no Capão da Imbuia, em Curitiba, que no final da tarde do dia 03 de março teve sua vida ceifada por tiros de revólver disparados por um algoz que queria roubar-lhe o ténis e a roupa.

Uma vida que ainda estava desabrochando. Porém, nem o tempo nem a distância poderão jamais apagar do coração de todos a lembrança deste jovem que soube conquistar o amor, o carinho e a amizade de todos os que tiveram a oportunidade de conhecê-lo e conviver com ele, em especial seu pai Wilson e de seus irmãos Kelly e Wagner Rodrigues.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de Wanderson Luiz Rodrigues, enviando votos de profundo pesar para o senhor Wilson Rodrigues, residente à Rua Engenheiro Alberto Monteiro de Carvalho, 125 - Capão da Imbuia - CEP 82819-280 - Curitiba-PR.

Curitiba, quarta, em 12.03.97

Assim, Senhor Presidente, este Parlamentar apresenta este Requerimento, para o qual espera contar com o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) RICARDO CHAB

**REQUERIMENTO Nº 322**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de louvor a Empresa de Cimento Itambé, representada pela pessoa do Senhor Paulo César Moskalevski, pela conquista do prêmio Top Comercial 97, concedido pela Associação Comercial do Paraná e Grupo Paulo Pimentel, na última segunda-feira, dia 10 de março do corrente, e que o presente seja enviado para Rodovia Curitiba-Ponta Grossa, BR-277, 125, CEP 81200-010.

Nestes termos pede deferimento, conforme disposto no artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) RENATO ADUR

**REQUERIMENTO Nº 323**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de louvor ao Grupo Karina Lanches, representado pela pessoa da Senhora Rosa Yasbeki, pela conquista do prêmio Top Comercial 97, concedido pela Associação Comercial do Paraná e Grupo Paulo Pimentel, na última segunda-feira, dia 10 de março do corrente, e que o presente seja enviado para Avenida Prefeito Omar Sabbag, 365 - Jardim Botânico - CEP 80210-000.

Nestes termos pede deferimento, conforme disposto no artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) RENATO ADUR

**REQUERIMENTO Nº 324**

SÚMULA: Requer envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Giovani Gionédís, Secretário de Estado da Casa Civil

Senhor Presidente.

Na qualidade de Deputados Estaduais, com assento na Assembléia

Legislativa do Estado do Paraná, na atual legislatura, vimos através desta, com amparo no art. 27, "caput", da Constituição Estadual, estribados, ainda, no artigo 5º da Constituição Federal, bem como na Lei 8.666/93, REQUERER cópia integral do processo que justificou a dispensa de licitação, relativo a execução de obras civis, montagem, eletromecânica e fornecimento de equipamentos para a Subestação do Distrito Industrial de São José dos Pinhais, com cópias autenticadas de todos os documentos que o compõe, tais como: pareceres, tomadas de preços e outros.

Outrossim, requeremos também, cópia integral, também autenticada, do Contrato nº 3.806, firmado entre esta Companhia e a empresa INEPAR, tendo como objeto a execução de obras civis, montagem, eletromecânica e fornecimento de equipamentos para a Subestação do Distrito Industrial de São José dos Pinhais.

O resumo do referido contrato foi publicado no Diário Oficial do Estado, do dia 27.01.97, à pag. 07.

Tendo em vista a urgência no que toca ao atendimento da solicitação epigrafada, rogamos seja atendida no prazo de setenta e duas horas, a contar da data do protocolo desta, de forma a assegurar a prestação das informações de caráter público em poder desta empresa.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(aa) PÉRICLES MELLO, ÂNGELO VANHONI,  
EMERSON NERONE, DOUTOR ROSINHA,  
IRINEU COLOMBO

#### REQUERIMENTO Nº 330

SÚMULA: Requer envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Giovanni Gionédís, Secretário de Estado da Casa Civil.

Senhor Presidente.

Os Deputados Estaduais, com assento na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na atual legislatura, vimos através desta, com amparo no art. 27, "caput", da Constituição Estadual, estribados, ainda, no artigo 5º da Constituição Federal, bem como na Lei 8.666/93, REQUERER cópia integral do processo que justificou a dispensa de licitação, relativo a execução de obras civis, montagem, eletromecânica

e fornecimento de equipamentos para a Subestação do Distrito Industrial de São José dos Pinhais, com cópias autenticadas de todos os documentos que o compõe, tais como: pareceres, tomadas de preços e outros.

Outrossim, requeremos também, cópia integral, também autenticada, do Contrato nº 3.806, firmado entre esta Companhia e a empresa INEPAR, tendo como objeto a execução de obras civis, montagem, eletromecânica e fornecimento de equipamentos para a Subestação do Distrito Industrial de São José dos Pinhais.

O resumo do referido contrato foi publicado no Diário Oficial do Estado, do dia 27.01.97, à pag. 07.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(aa) PÉRICLES MELLO, ÂNGELO VANHONI,  
EMERSON NERONE, DOUTOR ROSINHA,  
IRINEU COLOMBO

#### REQUERIMENTO Nº 311

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Doutores Rafael Greca de Macedo, DD. Secretário de Estado do Planejamento, e Miguel Salomão, DD. Secretário de Estado da Fazenda, solicitando as seguintes informações:

1. O Governo do Estado do Paraná repassou recursos financeiros ao Município de Pontal do Paraná, desde sua criação até esta data?
  2. Em caso positivo, qual o montante e para qual finalidade?
- Assim, face a importância do solicitado, este Parlamentar espera contar com o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) RICARDO CHAB

#### REQUERIMENTO Nº 312

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente à Presidência do Banco do Estado do Paraná S/A, solicitando informações sobre a veracidade ou não da notícia de que a instituição financeira oficial do Governo do Paraná - BANESTADO, não

está mais aceitando receber contas de água e luz emitidas pela SANEPAR e COPEL.

Segundo notícias oficiosas dão conta de que o pagamento só é aceito se feito débito em conta ou com cartão em caixa eletrônico.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 313

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Guaratuba, no sentido de atender o pedido da Senhora Marina do Rocio de Freitas, telefone 248-4077, referente a abertura da Rua Argentina, no Jardim Nereida, em Guaratuba.

O pedido está sendo feito objetivando o acesso dos proprietários aos seus terrenos ali existentes. Com o atendimento do presente, muitas serão as pessoas beneficiadas.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 314

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de sanar o problema de falta de ônibus que faz a linha Triar, saindo da Rodoviária de Araucária e indo até a Vila Angélica, nos domingos e feriados.

O pedido está sendo feito pelos usuários desse ônibus, os quais estão sendo prejudicados, pois não têm como se locomover nestes dias.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 315

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de que

a mesma proceda reparos na Rua Engenheiro Francisco Xavier Driesel, a partir do nº 31, Cachoeira - Curitiba. Essa rua liga o Município de Curitiba a Almirante Tamandaré e encontra-se intransitável e cheia de buracos. Liga também os bairros Cachoeira e Jardim Grazielle.

O pedido está sendo feito pelos moradores no Jardim Grazielle e pedem brevidade no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 316

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, no sentido de providenciar iluminação pública em toda a extensão da Rodovia que liga Praia de Leste a Pontal do Sul.

O pedido está sendo feito pela Senhora Helena Vieira, telefone 272-6065, a qual afirma que existem muitas casas na beira desta Rodovia, e poucos trechos são iluminados.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 317

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos - IPE, no sentido de verificar e sanar o problema de mau atendimento, via telefone, referente a marcação de consultas.

Ocorre que a Senhora Joana Pereira Malanote, ao precisar marcar uma consulta, dirigiu-se pessoalmente ao IPE, onde lhe informaram que somente poderia ser feito por telefone. Dirigiu-se a um aparelho telefônico que existe em frente ao prédio do IPE e, ao ligar, infelizmente foi mau atendida, informou-nos.

Diante dos fatos, solicita a Senhora Joana que providências sejam tomadas, a fim de proporcionar aos

servidores do Estado que necessitam deste Instituto, um melhor atendimento.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 325**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de um mini Posto de Saúde na Colônia Vera Cruz, Município de Mallet.

A presente solicitação faz-se necessária devido a referida comunidade possuir grande número de moradores e o atendimento abrangerá as comunidades de Colônia Dúlcio, Lageadinho e Rio Bonito.

Esta é uma proposta do Vereador José Ataíde da Silva, da Câmara Municipal de Mallet, ao qual somamos o nosso apoio.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO Nº 326**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros para o Hospital Regional de Irati, para aquisição de medicamentos.

O Hospital Regional de Irati, como o próprio nome já diz, atende pacientes de toda a região Centro-Sul do Paraná.

As dificuldades financeiras pelas quais passam estes Hospitais é pública e notória. As pessoas carentes que procuram o Hospital são devidamente atendidas e se faz necessário, portanto, que o Governo do Estado faça um "socorro" financeiro ou em medicamentos para o Hospital.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO Nº 327**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de mini Terminal Rodoviário, no Município de Fernandes Pinheiro.

Trata-se de município novo, recém criado, sem infra-estrutura suficiente para atender a população, estando em sua primeira administração, necessita de um carinho especial por parte do Governo Estadual.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO Nº 328**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção na Ata, da matéria: "Afinal... que rei sou eu?", do jornalista Boreslau Kramer, do Semanário Metropolitano Trovão Azul.

Requer ainda, voto de congratulações à Editora Nogueira & Nogueira S.C. Ltda.

Requer, ainda, que se dê ciência à Editora, sito à Rua Evangelista Espíndola, 1300 - Jardim Social, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**Projetos de Lei:**

**PROJETO DE LEI Nº 081/97**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de utilidade Pública a Associação Nova Vida, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Nova Vida, foi criada no mês de outubro de 1995, pelos membros da Igreja Batista Nova Jerusalém, com objetivos de

desenvolver programas e projetos nas áreas da Educação, da Assistência Social, da Cultura, do Esporte, entre outros. Está registrada sob nº 15.189, 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, de Curitiba e inscrita no CGC/MF sob nº 01.364.621/0001-17.

A Associação Nova Vida, desenvolve seus objetivos em prol da pessoa carente de nossa comunidade, gratuitamente, e sem nenhuma discriminação, visando o desenvolvimento integral da pessoa humana, através da profissionalização, encaminhamento ao trabalho, orientação pastoral, distribuição de medicamentos, roupas, entre outros benefícios. Hoje, estendendo seu atendimento a mais de 350 famílias carentes de nossa comunidade.

Para o cumprimento de seus objetivos e da sua filosofia de trabalho, a Associação Nova Vida, integra e mantém estreita cooperação com entidades congêneres e organismos públicos.

Pelos fatos de tanta relevância, acima expostos, estamos certos de contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 082/97

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - As empresas de Seguro-Saúde, empresas de Medicina de Grupo, Cooperativas de Trabalho Médico ou outras que atuem sob forma de prestação direta ou intermediação dos serviços médicos-hospitalares e operem no Estado do Paraná, estão obrigadas a garantir o atendimento a todas as enfermidades relacionadas no Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde, não podendo impor restrições quantitativas ou de qualquer natureza.

Art. 2º - O não cumprimento dos preceitos desta lei sujeitará as infratoras à multa de 15.000 Unidades Fiscais de Referência - UFIR para cada caso apurado, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Curitiba, quarta, em 12.03.97

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 dias a contar de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) EDUARDO TREVISAN

#### JUSTIFICATIVA:

O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma importante conquista da sociedade brasileira. Combinando a ação do Poder Público com a participação da iniciativa privada, o SUS busca assegurar o acesso à saúde para toda a população.

Isso se dá em conformidade com a Constituição Federal que define expressamente a saúde como um dos direitos fundamentais da pessoa humana em seus artigos 6º e 196º. A saúde também é um direito básico amparado pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90, artigo 6º, inciso I).

É notória a difícil situação porque passa o SUS face à carência de recursos, o que motivou a instituição da CPMF. Leitos desativados, falta de medicamentos, baixos salários aos profissionais do setor, fraudes e desvios dos já poucos recursos são elementos que retratam a situação de calamidade porque passa a saúde no País, que indicam para o sucateamento do SUS.

Buscando alternativas, parcela da população associa-se aos planos e serviços de saúde prestados por empresas privadas. Estas, na ânsia de auferir lucros cada vez mais exorbitantes, impõem aos consumidores cláusulas contratuais leoninas, muitas vezes leoninas, muitas vezes abusivas e injustas, não encontrando semelhança em nenhum outro País.

É exemplo a exclusão da cobertura dos planos e seguros de saúde de uma série de doenças como as crônico-degenerativas, as infecto-contagiosas - notadamente a AIDS - e mesmo as epidemias.

Tal prática mereceu veemente repúdio por parte daqueles que tem como responsabilidade a atenção à saúde. Em artigo publicado no jornal "Folha de São Paulo", edição de 12.02.94, o Presidente do Conselho Federal de Medicina, médico Ivan Moura Fé, afirma: "não existe 'meia saúde',



nem 'meia doença'; saúde é integral. Imagino que os mercadores da saúde nunca conseguirão entender isso."

Não é humano, nem aceitável, que uma pessoa doente busque atendimento médico e tenha como resposta um "não", pois seu plano de saúde só permite tratar uma parte de suas enfermidades.

No seu artigo, Ivan Moura Fé denuncia: "Os convênios privados não revelam, mas a imensa maioria dos seus segurados, quando sofre um problema mais sério de saúde, acaba sendo atendida no hospital público. E mesmo com toda a saúde financeira que alardeiam, nunca cogitaram de, honestamente, ressarcir os gastos públicos com seus segurados. Pelo que diz a sua milionária propaganda, os convênios médicos privados são modernos, detêm alta tecnologia, demonstram invejável saúde financeira e tem um atendimento de alta qualidade. Na prática, cobram exorbitâncias, excluem todas as doenças de tratamento caro, negam os exames mais sofisticados, tem filas e nunca exibem planilhas de custo. Não cobrem doenças infecciosas, crônico-degenerativas, preexistentes, psiquiátricas, órteses e próteses, transplantes, exames mais modernos - mas nos contratos isto é escamoteado em letrinhas microscópicas, incompreensíveis ao cliente ingênuo. Têm helicóptero (...) mas negam atendimento a um caso de dengue."

É ainda o Presidente do Conselho Federal de Medicina quem diz: "O mais grave, porém, é que a saúde não pode ser tratada parcialmente: não se cuida do baço sem considerar o estômago. Não se pode tirar um paciente em coma do UTI, no meio da noite, e dizer-lhe pateticamente que vão embora porque o convênio não cobre AIDS ou porque se prazo na UTI esgotou-se. Ele não vai. Não pode ir. Não é justo que vá".

Com o objetivo de corrigir esta distorção, o Conselho Federal de Medicina, com base na resolução do CRM de São Paulo, através de sua Resolução nº 1.401, de 11 de novembro de 1994, obriga as empresas que operam com plano e seguro de saúde a garantir atendimento a todas as enfermidades relacionadas no Código Internacional de Doenças.

As empresas de saúde negam-se a cumprir esta resolução, embora a maioria dos tribunais brasileiros considerem legal a decisão do Conselho Federal de Medicina. Em sua defesa, as empresas alegam que o referido Conselho não tem competência para obrigar os planos e seguros de saúde a não excluir enfermidades de seus contratos.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou em 12.12.96 e o Governo do Estado sancionou em 04.03.97 projeto, tornado lei, a partir de sua publicação em 05.03.97, que determina a obrigatoriedade dos planos e seguros de saúde atenderem seus associados quando acometidos por qualquer uma das doenças previstas no Código Internacional de Doenças, não se permitindo nenhuma exclusão.

A decisão do Poder Legislativo do vizinho Estado teve como escopo a Constituição Federal que, em seu artigo 197 declara: "São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros, e também, por pessoa física ou jurídica de direito privado".

A Constituição Federal também define a distribuição de competências entre os diferentes membros da Federação. Diz o artigo 24 do texto constitucional:

"Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII - ... previdência social, proteção e defesa da saúde.

# 1º - NO âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

# 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

# 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades".

O mesmo artigo 24 define competência concorrente dos Estados para legislar sobre direito econômico (Inciso I), produção e consumo (Inciso V) e responsabilidade por dano ao consumidor (Inciso VIII).

Vale considerar ainda que o emérito constitucionalista José Afonso da Silva esclarece a norma constitucional ao afirmar: "Se a Constituição atribui ao Poder Público o controle das ações e serviços de saúde, significa que sobre tais ações e serviços tem ele integral poder de dominação, que é o sentido do termo controle, mormente quando aparece ao lado da palavra fiscalização." (Curso de Direito Constitucional Positivo, 10ª edição revista, São Paulo, Melhoramentos, p. 762).

Motivado pela legislação já em vigor no Estado de São Paulo e embasado no amparo constitucional, tomo a iniciativa de propor o presente projeto de lei, que obriga os planos e seguros de saúde a não excluir dos seus contratos, obrigando-se portanto a oferecer atendimento médico, qualquer das doenças elencadas no Código Internacional de Doenças.

Ciente do alcance social da medida proposta, confio poder contar com o inestimável apoio dos nobres Pares nesta Casa de Leis.

# PROJETO DE LEI Nº 083/97

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - As empresas de Seguro-Saúde, empresas de Medicina de Grupo, Cooperativas de Trabalho Médico e outros que atuem sob forma de prestação direta ou intermediária dos serviços médicos-hospitalares e operem no Estado do Paraná, estão obrigadas a garantir o atendimento a todas as enfermidades relacionadas no Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde, não podendo impor restrições quantitativas ou de qualquer natureza.

Art. 2º - O não cumprimento dos preceitos desta lei sujeitará as infratoras à multa de 17.000 (dezesete mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR para cada caso

apurado, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 dias a contar de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) RICARDO CHAB

## JUSTIFICATIVA:

A saúde constitui um dos direitos fundamentais da pessoa humana expressamente protegido pela Constituição Brasileira em seus artigos 6º e 196º. É também um direito básico do consumidor previsto no Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90), artigo 6º, Inciso I.

Malgrado os dispositivos legais, é conhecida de todos a situação de calamidade por que passa a saúde no País. Leitos desativados, falta de medicamentos, baixos salários aos profissionais do setor, fraudes e desvio de recursos são alguns dos elementos que apontam para o sucateamento do sistema público de saúde no Brasil.

Aproveitando-se desta situação e na ânsia de auferir lucros cada vez mais exorbitantes, as empresas que operam diretamente ou intermediam os serviços de saúde, obrigam o consumidor a aceitar cláusulas contratuais abusivas e injustas, não verificáveis em nenhum outro País do mundo.

Dentre tais cláusulas encontramos a exclusão de uma longa lista de enfermidades da cobertura dos planos e seguros-saúde, como por exemplo as doenças infecto-contagiosas (incluindo a AIDS), as epidemias e as doenças crônico-degenerativas.

Em excelente artigo publicado no jornal "Folha de São Paulo" em 12.02.94, o Presidente do Conselho Federal de Medicina, médico Ivan Moura Fé, foi bastante feliz ao afirmar que: "não existe 'meia saúde', nem 'meia doença'; saúde é integral. Imagino que os mercadores da saúde nunca conseguirão entender isso."

Com efeito, não há sentido em um consumidor procurar um médico conveniado de seu plano de saúde para se curar e receber como resposta que

só é possível tratar uma parte de suas enfermidades, pois o resto não está coberto pelo convênio.

Observa ainda Ivan Moura Fé: "Os convênios privados não revelam, mas a imensa maioria dos seus segurados, quando sofre um problema mais sério de saúde, acaba sendo atendida no hospital público. E mesmo com toda a saúde financeira que alardeiam, nunca cogitaram de, honestamente, ressarcir os gastos públicos com seus segurados. Pelo que diz a sua milionária propaganda, os convênios médicos privados são modernos, detêm alta tecnologia, demonstram invejável saúde financeira e tem um atendimento de alta qualidade. Na prática, cobram exorbitâncias, excluem todas as doenças de tratamento caro, negam os exames mais sofisticados, tem filas e nunca exibem planilhas de custo. Não cobrem doenças infecciosas, crônico-degenerativas, preexistentes, psiquiátricas, órteses e próteses, transplantes, exames mais modernos - mas nos contratos isto é escamoteado em letrinhas microscópicas, incompreensíveis ao cliente ingênuo. Têm helicóptero (...) mas negam atendimento a um caso de dengue."

E mais adiante: "O mais grave, porém, é que a saúde não pode ser tratada parcialmente: não se cuida do baço sem considerar o estômago. Não se pode tirar um paciente em coma do UTI, no meio da noite, e dizer-lhe pateticamente que vão embora porque o convênio não cobre AIDS ou porque se prazo na UTI esgotou-se. Ele não vai. Não pode ir. Não é justo que vá".

Visando corrigir esta distorção, o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo editou a Resolução nº 57, de 18 de outubro de 1994, posteriormente ratificada pelo Conselho Federal de Medicina em sua Resolução nº 1.401, de 11 de novembro de 1993, obrigando as empresas que operam com plano e seguro saúde a garantir atendimento a todas as enfermidades relacionadas no Código Internacional de Doenças.

Embora tenha tido sua legalidade declarada pela maioria dos tribunais brasileiros - ora reproduzida na presente proposição - ainda é objeto de impugnações por parte de empresas de saúde. Fundamentalmente, tais

empresas alegam que o Conselho Federal de Medicina não teria competência para obrigar os planos e seguros saúde a não excluir enfermidades de seus contratos.

Ainda que se admita a procedência do argumento lançado pelas empresas de saúde no que se refere ao Conselho de Medicina, bastante distinta é a posição do Poder Legislativo Estadual.

A Constituição brasileira declara em seu artigo 197: "São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros, e também, por pessoa física ou jurídica de direito privado".

A este respeito comenta o emérito constitucionalista José Afonso Silva: "Se a Constituição atribui ao Poder Público o controle das ações e serviços de saúde, significa que sobre tais ações e serviços tem ele integral poder de dominação, que é o sentido do termo controle, mormente quando aparece ao lado da palavra fiscalização". (Curso de Direito Constitucional Positivo, 10ª ed. rev., São Paulo, Malheiros, p. 762).

A distribuição de competências entre os diversos membros da Federação para a instituição de normas de fiscalização e controle sobre os serviços de saúde é explicitada no artigo 24 da Constituição:

"Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII - ... previdência social, proteção e defesa da saúde.

# 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

# 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

# 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades".

Cumpre sublinhar também a competência concorrente dos Estados para legislar sobre direito econômico (Inciso I), produção e consumo (Inciso V) e responsabilidade por dano ao consumidor (Inciso VIII).

Possui esta Casa, pois, competência legislativa plena para instituir normas complementares de saúde e defesa do consumidor, inexistindo óbices de natureza constitucional para que a presente iniciativa tramite regularmente.

São estas as razões que nos levam a solicitar a aprovação do projeto de lei que ora submetemos à deliberação dos nobres Parlamentares desta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 084/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através de suas concessionárias, a conceder carência para o pagamento das tarifas de água e luz, aos funcionários públicos municipais que estiverem com seus salários atrasados.

Art. 2º - Esta concessão cessará quando houver normalização do pagamento dos salários atrasados.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Indispensável justificar tal propositura, pois é de conhecimento da maioria dos Senhores Deputados da situação que se encontram grande parte das Prefeituras do nosso Estado.

Seria injusto, então, exigir que o funcionário que não recebe há vários meses cumpra com suas obrigações, quando o próprio Poder Público deixa de pagar os salários que possibilitariam o pagamento pontual das taxas acima referidas.

Portanto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta lei.

PROJETO DE LEI Nº 085/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadã Honorária do Paraná a Roseli Aparecida Machado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Roseli Aparecida Machado nasceu em 27 de dezembro de 1968, na Cidade de Coronel Macedo, no Estado de São Paulo.

Começou a participar de provas pedestres já no ano de 1985, em Santana do Itararé, sua terra adotiva. Tem se destacado em todas as corridas das quais participa, trazendo muito orgulhos aos seus conterrâneos.

A concessão do título de Cidadania Honorária paranaense, vem reconhecer os esforços, salientando o seu excelente desempenho no esporte, contribuindo para o engrandecimento do nosso Estado.

Quando da sua vitória na Corrida de São Silvestre, no último dia 31 de dezembro, o Brasil inteiro tomou conhecimento que Roseli era uma representante do Estado do Paraná, a terra que a acolheu e lhe deu possibilidades de se tornar uma das maiores esperanças brasileiras para a conquista de medalha de ouro nas próximas Olimpíadas de Sidney, Austrália.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação deste plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 086/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor Wilson Schneider Moura.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Doutor Wilson Schneider Moura nasceu em 25 de novembro de 1952, nesta cidade, e formou-se em Medicina na Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná, sendo um profissional de renome em nosso País.

A concessão do título de benemerência paranaense vem, de certa forma, retribuir os relevantes serviços prestados a comunidade brasileira, salientando o seu desempenho em sua profissão, contribuindo sobremaneira para o engrandecimento das instituições brasileiras.

Sendo assim, solicitamos o devido apoio dos nobres Pares, ao projeto de lei que ora apresentamos, como forma de prestar uma justa e meritória homenagem como reconhecimento do seu trabalho em prol de nossa comunidade, conforme é comprovado pelo "curriculum vitae" que apresentamos em anexo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Júlio Ando.

O SR. JÚLIO ANDO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Temos verificado, nas últimas sessões plenárias nesta Casa de Leis, manifestações, muitas vezes acaloradas, com respeito aos problemas dos precatórios, dos debêntures, emissões de ações, negociatas. E também, em determinados momentos, se levantou o problema da licitação da subestação, em São José dos Pinhais. Quando se enfocou o problema da licitação, acabaram alguns Deputados envolvendo uma empresa paranaense, pela qual estamos neste momento apresentando a Vossas Excelências, um manifesto dos trabalhadores daquela empresa.

Várias colocações que aqui foram feitas pelos Senhores Deputados, ao também tecer comentários com respeito a seriedade com que foi feita a licitação da subestação de São José

dos Pinhais, envolveu diretamente a INEPAR S/A, com sede aqui em Curitiba.

Tive a grande satisfação de, há dois dias passados, receber em nosso gabinete, uma Comissão dos Funcionários da INEPAR S/A, nos trazendo uma carta aberta aos Deputados Estaduais do Paraná. Também foi entregue ao nosso Presidente Anibal Khury, cujo teor gostaria de aqui ler, na íntegra, para que seja registrada nos Anais desta Assembléia Legislativa.

Esta carta vem subscrita com mais de setecentas assinaturas dos trabalhadores da INEPAR S/A. É esta a manifestação (L6):

"CARTA AOS DEPUTADOS ESTADUAIS DO  
PARANÁ  
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO  
DEPUTADO ANIBAL KHURY

Prezados Deputados.

Tendo em vista notícias veiculadas em nossa imprensa e que distorcem verdades que conhecemos, temos a obrigação de apresentar aos senhores Deputados, votados e eleitos por nós, alguns questionamentos que além de nos intrigarem, nos prejudicam como paranaenses que somos.

Esta carta, redigida e assinada por nós, funcionários da empresa INEPAR S/A, é o início de um Movimento Paranista a favor do emprego e de uma melhor oportunidade de vida para todos nós.

Temos plena consciência que poucos são os Deputados que olham com 'maus olhos' para os empreendimentos do Estado, feitos no Estado. Porém, como todo cidadão, votamos e escolhemos nossos representantes de acordo com a preferência partidária e/ou pessoal de cada um, não achamos lógico que alguns de nossos representantes lutem contra nossos empregos.

Temos certeza que estamos nos expondo, pois não pedimos qualquer tipo de apoio a nossos chefes e principalmente à diretoria da empresa, que já tem credibilidade de sobra no Brasil e no exterior.

O problema diz respeito diretamente a nós, funcionários da INEPAR S/A, pois não conseguimos entender perseguições de algumas

pessoas a esta empresa modelo no Paraná, Brasil e exterior. Somos ridicularizados dentro do nosso próprio Estado, quando ganhamos concorrências por menor preço, melhor prazo e melhores condições técnicas e o pedido não se concretiza, porque algumas pessoas mal intencionadas querem nos prejudicar. É para nos defender destas coisas que precisamos dos nossos Deputados, pois as noites que atravessamos elaborando orçamentos e trabalhando duro devem ser motivo de orgulho e não de desperdício.

Não entendemos como uma empresa do porte da INEPAR S/A, que tantos empregos trouxe para o Paraná sofre tantos ataques de pessoas inconsequentes. Exemplos que lembramos, de empregos criados pela INEPAR:

- a) WESTINGHOUSE E POLITEL - 200 empregos diretos
- b) GENERAL ELETRIC - 300 empregos diretos + 200 empregos (terceirizados)
- c) EPOXIFORMAS - 50 empregos
- d) PROESA-PARA RAIOS - 50 empregos
- e) GOLD STAR - 30 empregos
- f) HITACHI - 100 empregos
- g) HUBBEL - 50 empregos
- h) DRISCHER - 50 empregos
- i) IRIDIUM - 50 empregos
- j) SADE VIGESA - 100 empregos

Estas são algumas transferências que conseguimos lembrar. Logicamente que estamos nos referindo somente a postos de trabalho que vieram para o Paraná, pois hoje temos 1.500 empregos diretos

Também sabemos que a nossa empresa tem um relacionamento totalmente diferenciado entre empregados e empregadores, pois os chefes responsáveis começaram por baixo e além de nos entender bem, nos dão muitas oportunidades.

Recebemos visitas de empresas do mundo inteiro e se todas ficam abismadas com nosso pessoal, nossas instalações, nossa produtividade, nossa dedicação e nosso prazer no trabalho, é porque alguma coisa de diferente nós temos.

Nós mesmos nos lembramos de determinadas conquistas, quando

conversamos e nos comparamos com os outros:

- 1 - Quais empresas distribuem lucro todo ano para seus funcionários?
- 2 - Quais empresas têm bolsas de estudos para seus empregados?
- 3 - Quais empresas têm bolsas de estudos para os dependentes, o nosso PROBEIN?
- 4 - Quais empresas têm programa como o QUERO-CRECHE?
- 5 - Quais empresas têm um programa para atender, apoiar, acompanhar e reabilitar colegas viciados em álcool e drogas?
- 6 - Quais empresas tem um programa oficial para cuidar e assistir os colegas portadores do vírus HIV?
- 7 - Quais empresas que fornecem comida com qualidade da que temos?
- 8 - Quais empresas que tem transporte próprio para levar e buscar em casa?
- 9 - Quais empresas que nos levam para casa de táxi quando não podemos usar os ônibus?
- 10 - Quais empresas que valorizam seus funcionários confiando-lhes uniformes brancos, banheiros limpos e ambiente de trabalho agradável?
- 11 - Quais empresas em que os empregados sistematicamente tomam café com o Presidente e os chefes, podendo conversar abertamente?
- 12 - Quais empresas que os empregados podem falar e serem recebidos à qualquer hora, pelo Presidente da empresa?
- 13 - Quais empresas que mostram e discutem seus resultados com todos os funcionários?
- 14 - Quais empresas que estão preocupadas com o futuro de seus funcionários?

Muitas outras comparações poderíamos fazer, porém ficaria muito longa esta carta.

Vejam Senhores Deputados, esta empresa é do Estado que os Senhores representam! Não entendemos que alguns não reconheçam a dívida de Deus com a Natureza que temos no Paraná: terra ótima, rios à vontade, matas

rianissimas e novo salário e trabalhador.

Queremos nossos Deputados lutando pelos interesses do Paraná e do seu povo, pois nem brigas políticas podem justificar manifestações contrárias às empresas paranaenses. Aqui podemos falar até mesmo de maneira geral, pois em certos casos parece que alguns legisladores querem fazer o jogo de outros que não sabemos quem são.

Como pessoas que vivem no Estado do Paraná, sabemos que não é do feitio do nosso povo se proteger e fazer coisas ilícitas para ganhar dinheiro, porém não podemos aceitar ser injustiçados por pessoas inconseqüentes que querem destruir nosso 'ganha pão' a troco não sabemos do que.

Vamos desencadear com outras empresas e jornais um movimento para mostrar os Deputados que realmente trabalham pelo Estado do Paraná e aqueles aproveitadores que nem mesmo têm competência de procurar melhorar as condições do Estado.

Queremos ainda, convidar os Deputados que quiserem nos visitar, para conferirem o que estamos dizendo, pois temos certeza que quando nossos chefes souberem deste movimento, nos entenderão e nos apoiarão.

Desejamos aos idealistas, bem intencionados e paranistas, que tenham forças para lutar pelos interesses do Paraná e do seu povo, que os elege.

Atenciosamente,

FUNCIONÁRIOS DA INEPAR S/A"

Portanto, Senhores Deputados, esta é a carta aberta, encaminhada pelos funcionários, os trabalhadores da empresa INEPAR S/A, que vem de uma maneira espontânea e democrática, de uma iniciativa louvável, se manifestar contras as colocações, as abordagens que aqui foram levantadas, suscitando dúvidas com respeito a dignidade, a seriedade...

O Sr. Renato Adur - O Senhor Deputado me concede um aparte?

O SR. JÚLIO ANDO - Concedo o aparte ao Deputado Adur na seqüência.

E é louvável realmente, que os próprios funcionários com essa

iniciativa, trazem a esta Casa: como uma forma de não se calarem diante de várias injustiças, que ocorreram no Plenário desta Assembléia Legislativa, ao atingir outros segmentos, que acabaram atingindo a INEPAR S/A.

Com o aparte o Deputado Adur.

O Sr. Renato Adur - Deputado Júlio

Ando, ouvimos com muita atenção o pronunciamento de Vossa Excelência, e concordamos parcialmente nas suas colocações quanto a questão dos funcionários da INEPAR, a qualidade do corpo de funcionários que a empresa tem, a tecnologia aplicada pela INEPAR hoje, no Estado do Paraná, à nível nacional e até à nível internacional. Agora, não entendi bem a colocação de Vossa Excelência quando diz "acusações à empresa". Não houve, da nossa parte - pelo menos da Bancada do PMDB - qualquer acusação contra a empresa INEPAR, que entendemos ser uma empresa produtiva, uma que tem alta produtividade, e que tem um quadro de funcionários e uma tecnologia elogiáveis.

O que se questionou foi uma questão de constitucionalidade e de legalidade, se é possível o Governo do Estado do Paraná, em determinadas situações, poder contrair - ou a COPEL - determinados contratos, sem a formalidade legal. Questionou-se isso, não se colocou em dúvida nada, muito pelo contrário, o que a nossa Bancada queria, era apenas um esclarecimento a este respeito.

Portanto, não é uma questão da INEPAR, poderia ser a Volvo do Brasil, poderia ser a NET, poderia ser qualquer outro tipo de empresa. Acho que muitas vezes as colocações não são adequadas, e daí fica a pecha que alguém está perseguindo a outro alguém, ou coisa parecida.

Gostaria de deixar claro a posição do PMDB - pelo menos o PMDB, em nome da nossa Liderança, Deputado Orlando Pessuti - que colocamos em questão a legalidade. O que a nossa Bancada queria saber, é a formalidade da contratação de uma prestação de serviço feita pela COPEL, somente isso. Poderia ser qualquer tipo de empresa, não é um direcionamento a INEPAR ou qualquer outra empresa que seja. Queremos saber isso, é um



direito democrático, constitucional e regimental desta Casa.

O SR. JÚLIO ANDO - Obrigado pelo aparte, Deputado Adur.

Gostaria de esclarecer a Vossa Excelência que esta manifestação partiu espontaneamente dos funcionários, dos colaboradores da empresa INEPAR S/A. Obviamente, se tiveram esta iniciativa, houveram vários tipos de interpretações.

Agora, não estou aqui também, Deputado Adur, especialmente para defender uma empresa e seus colaboradores. O que defendo, é que a iniciativa privada deve ser preservada como fonte geradora direta de empregos. Nós, neste aspecto, temos que lutar para preservar a bom termo, principalmente, nossas empresas que nasceram aqui no Paraná e a INEPAR nasceu de uma fabriqueta de fundo de quintal, cresceu através dos anos e hoje se transforma na maior empresa latino-americana na parte de telecomunicações e ganha concorrências a nível regional, nacional.

Ganha por quê? Porque realmente ostenta a qualificação, ostenta em sua posição patrimonial um acervo técnico suficiente para ganhar essas licitações. Mas gostaria de esclarecer a Vossa Excelência que um dos alvos que foram levantados aqui na Assembléia Legislativa, com referência à subestação de São José dos Pinhais, gostaria de esclarecer o seguinte: não foi o valor de 14 milhões de reais. O valor foi de onze milhões. Consegui obter informações para esclarecer a Vossa Excelência, que o valor foi de 11 milhões, 699 mil e 800 reais, com referência ao valor da proposta vencida pela INEPAR com referência à subestação de São José dos Pinhais.

Participaram desta licitação, os principais fornecedores do Brasil e, na apresentação das propostas, todas as empresas de comum acordo, concordaram que uma empresa colocasse assinatura da proposta de concorrência, para que não houvesse qualquer dúvida na abertura destas propostas. Foi também um fato que garantiu a lisura dessa licitação. Se foi classificada como obra emergencial, foi porque o próprio Tribunal de Contas aprovou ser incluído no regime emergencial. Por

Curitiba, quarta, em 12.03.97

isso foi esse o motivo de não ter sido feita uma concorrência pública.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Vossa Excelência permite um aparte?  
(Assentimento).

Deputado Júlio, caro amigo, ex-Vereador, que faz uso da tribuna pela primeira vez, quero dizer que tenho boas lembranças do senhor lá na Câmara Municipal de Curitiba. Estava dizendo que Vossa Excelência pegou uma tarefa um pouco espinhosa, um pouco difícil, que é discorrer sobre a legalidade da dispensa de licitação para a construção da subestação de São José dos Pinhais.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que a empresa INEPAR não nasceu em fundo de quintal. Não é de fundo de quintal. É uma grande empresa e é uma empresa paranaense que todos devemos nos orgulhar, mas não está em jogo a empresa INEPAR nesta discussão. Desculpe-me, mas não é esse o centro da discussão feita aqui na Assembléia, por ocasião da discussão daquele Requerimento. Trata-se que o Governo do Estado do Paraná, em especial a COPEL, até hoje não demonstrou as razões de fórum público pelas quais uma obra de emergência pode ser não exigido processo de concorrência pública. Não há esta demonstração, não está comprovado isto, isto não é o Tribunal de Contas que tem que averiguar. Ou não?

O Tribunal de Contas nem se manifestou ainda. E quero dizer que se Vossa Excelência prestar mais atenção nesse documento que Vossa Excelência leu, está o preço de onze milhões e seiscentos mil reais, concorrendo com outras quatro empresas nacionais. Quero dizer que existe uma contradição entre o preço que está colocado no papel que o senhor tem na mão e o contrato assinado entre a COPEL e a empresa INEPAR.

Gostaria que a COPEL, se fez o contrato e que foi por este preço, assinasse um contrato com a INEPAR nestes valores que estão colocados aí. Porque o contrato que tenho em mãos - e se Vossa Excelência quiser, lhe passo, está lá no meu gabinete - o valor do contrato é de quatorze milhões, quatrocentos e trinta mil reais, entre a COPEL e a INEPAR. Há uma discrepância na ordem de quase



dois milhões de reais entre a proposta vencedora na tomada de contas e o contrato assinado. Mas, em que pese todas estas questões levantadas, só pedi um aparte para informar Vossa Excelência e informar ao Plenário da Assembléia Legislativa, que hoje estamos entrando com um pedido de informações para a COPEL, para que nos forneça essas informações do ponto de vista oficial, a respeito dessa tomada de contas.

Essa situação tem que ficar muito clara, muito bem explicada para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e não no "diz-que-diz-que". O senhor tem um documento, eu não tenho. Por quê? O senhor é um Deputado mais do que eu? Não é! Nós, aqui, somos iguais. Então, essas informações têm que vir para a Assembléia Legislativa.

O SR. JÚLIO ANDO - Muito obrigado pelo aparte, Deputado Vanhoni.

Quando falamos que a INEPAR se originou numa fabriqueta de fundo de quintal, foi como forma de expressão, porque, na verdade, era apenas um barraco na Marechal Floriano Peixoto onde se originou a INEPAR e, posteriormente, foi instalada na Cidade Industrial. Hoje, realmente, é uma empresa, inclusive, de nível internacional.

Agora, Deputado Vanhoni, também gostaria de esclarecer a Vossa Excelência, que foram cinco empresas que participaram dessa licitação. E esse valor que forneci, de onze milhões, seiscentos e noventa e nove mil, vamos provar a Vossa Excelência que se existe diferença de mais de dois milhões, então, talvez Vossa Excelência não esteja com o documento adequado. Agora, se o próprio Tribunal de Contas - como falei - tinha concordado e aprovado para que esta concorrência não necessitava...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Suspendo a sessão por dois minutos, para recebermos em nosso Plenário, o vice-Governador de Córdoba, Luis A. Molinari Romero; o Senador Hector Picat; o Deputado Gerardo Riveri e o nosso amigo da Argentina e Cônsul Honorário deste Estado do Paraná, Jaime Hernando Besermann, que sempre está conosco.

(Está suspensa a sessão)

Está reaberta a sessão.

Concedo ao ilustre Deputado que estava na tribuna, os dois minutos finais da sua participação.

O SR. JÚLIO ANDO - Muito obrigado, Senhor Presidente.

Concluindo a minha exposição, quero, na verdade, elogiar a iniciativa dos funcionários da INEPAR S/A, ao encaminhar esta carta, porque me lembro muito bem quando nós, políticos, fazemos campanhas políticas para nossas eleições, de um modo geral as informações que temos é que não adianta procurar as empresas, porque quando o patrão apresenta um candidato, normalmente os trabalhadores votam contra, como uma forma de protesto àquela empresa. Isso não se dá exatamente com a INEPAR e, na verdade, é um exemplo de empresa e os próprios trabalhadores, seus funcionários, é que vêm levantar a bandeira a favor da sua empresa.

Por isso, Senhor Presidente, são essas palavras que gostaria que fossem registradas nos Anais, e tenho certeza que os nobres Pares deverão entender essa mensagem dos trabalhadores da empresa INEPAR.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Antes de passarmos ao próximo orador, é com satisfação que esse Poder Legislativo já teve a honra, pela manhã, de receber essas ilustres visitas.

Concedo, neste instante, para falar em nome dos Deputados e do Senador presente, o nosso vice-Governador de Córdoba, que irá saudar aos Senhores Deputados.

O SR. LUIS MOLINARI ROMERO - Muito obrigado, Presidente.

Honorável Assembléia Legislativa do Paraná.

Para mim e para os Legisladores que nos estão acompanhando, é uma grande honra que tenho, com essa possibilidade, e muito mais, quando estou falando como vice-Governador, Senador e Deputado Estadual, e portanto, sabe como é o funcionamento da Câmara Legislativa, a qual eu presido.

Córdoba e Paraná são dois Estados muito similares. Economicamente e politicamente falando, nosso interesse em fortalecer as relações entre os dois Estados, é o marco do MERCOSUL, não somente fazem os Governadores, não somente fazem os empresários, fazem fundamentalmente os políticos, quando sabem interpretar o que a sociedade reclama.

Cada um que está aqui representa a nossa sociedade pelo voto popular. Cada um que está aqui tem um mandato que irá honrar. Oxalá vamos interpretar.

Quero transmitir a todos a indicação que fiz ao Senhor Presidente da Assembléia Legislativa nesta manhã. Espero que em pouco tempo mais, possa estar em Córdoba um grupo de Parlamentares do Paraná, nos visitando em Córdoba. Para nós, seria uma satisfação que coloca o nosso Estado e desta maneira poderá acrescentar nosso conhecimento mútuo.

Muito obrigado! Estando num debate muito importante - o mais importante de um Legislador é legislar, o mais importante de um Legislador é trabalhar - assim não interromperemos mais.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Suspendo a reunião por cinco minutos, para que os Senhores Parlamentares possam ter o conhecimento mais de perto com o nosso vice-Governador, com o Senador e os Deputados Estaduais e Córdoba.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão.

O SR. WALMOR TRENTINI (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, gostaríamos, em nosso nome e em nome do Deputado Ricardo Chab, registrar a presença dos Vereadores de Paranavaí: Everaldo Avelar, Presidente da Câmara; Adis Acarchin; o nosso colega Fabinho; o Maruce; o Nivaldo Garcia; e, ainda, o Secretário da Indústria e Comércio José Maria da Silva.

O SR. MARQUINHOS ALVES (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença do Vereador Luiz Sanchin, da Cidade de Sarandi, que nos

honra com a sua presença aqui nesta Casa de Leis.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, não abusando de Vossa Excelência, gostaria de agradecer nesta Casa, publicamente, ao Cônsul da Argentina, senhor Jaime, devido a um incidente que houve, inclusive, com um brasileiro, Vereador em Chopinzinho, quando na Província de Misiones. E, tão logo fizemos contato com o Cônsul Jaime, entrando ele em contato com as autoridades da Argentina, recebemos daquelas autoridades o melhor dos tratamentos.

Isso só fortalece os laços de união que nos prende ao vizinho País da Argentina, nosso irmão no MERCOSUL, e a certeza de que a diplomacia sempre será mais importante do que qualquer guerra.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Eduardo Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Senhor Presidente Deputado Anibal Khury, caríssimos companheiros Deputados.

Subo a tribuna hoje, para comentar um projeto de lei que estou apresentando na Casa, e que considero muito importante para todos aqueles que procuram os planos de saúde no sentido de se assegurarem ou de fazer um seguro com eventuais doenças, para ressarcimento de atendimento médico e hospitalar, e que muitas vezes se frustram frente à negativa destes mesmos planos em oferecer um atendimento adequado e correto. É de conhecimento de todos, é matéria de muitos jornais e é comum que isto aconteça em publicações da imprensa que quando as pessoas procuram um plano de saúde, quando se associam a um plano de saúde, o plano de saúde promete muito coisa: atendimento amplo, cobertura total, prazos corretos de carência, etc., mas quando a pessoa adquire ou contrai ou é vítima de determinadas doenças, estes planos se negam à cobertura destas doenças, invocando certas cláusulas leoninas de adesão, que muitas vezes

não foram possíveis, a quem aderiu, ter conhecimento delas no mento em que fizeram o contrato deste plano.

Tomando conhecimento de uma lei já sancionada pelo Governador do Estado de São Paulo, Mário Covas, que foi oriunda da Assembléia Legislativa daquele Estado, procurei tomar aqui também uma iniciativa semelhante, no sentido de instrumentalizar o Ministério Público, para que ele possa atuar, porque o que ocorre hoje é que quando o cidadão contrata um seguro de saúde ou um plano de saúde, e ele adquire certas doenças ou necessita de certos tipos de atendimento médico - como um transplante ou adquire câncer, AIDS - o plano de saúde não faz cobertura.

O Conselho Federal de Medicina diz que os planos de saúde devem atender a todas as doenças elencadas no Código Internacional de Doenças, mas muitas vezes a justiça, quando é acionada para resolver esta pendenga, manifesta uma solução do Conselho Federal de Medicina. Uma resolução deste órgão não tem o poder de lei e, portanto, não pode ser invocado para solucionar na justiça o problema e nós, com esta lei aqui, instrumentalizamos o Ministério Público, para que ele possa fazer sua prestação jurisdicional, dando guarida ao cidadão que é conveniado a um plano de saúde ou seguro saúde, porque o que acontece hoje, é que ele está desguarnecido e o Ministério Público não pode atuar, porque não tem um instrumento legal para poder fazer valer os direitos da cidadania.

Então, desta forma, estou apresentando esta proposta, que gostaria de ler um trecho da justificativa, que acho extremamente correta.

(Lê):

"JUSTIFICATIVA:

O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma importante conquista da sociedade brasileira. Combinando a ação do Poder Público com a participação da iniciativa privada, o SUS busca assegurar o acesso à saúde para toda a população.

Isso se dá em conformidade com a Constituição Federal que define expressamente a saúde como um dos direitos fundamentais da pessoa humana em seus artigos 6º e 196º. A saúde

também é um direito básico amparado pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90, artigo 6º, inciso I).

É notória a difícil situação porque passa o SUS face à carência de recursos, o que motivou a instituição da CPMF. Leitos desativados, falta de medicamentos, baixos salários aos profissionais do setor, fraudes e desvios dos já poucos recursos são elementos que retratam a situação de calamidade porque passa a saúde no País, que indicam para o sucateamento do SUS.

Buscando alternativas, parcela da população associa-se aos planos e serviços de saúde prestados por empresas privadas. Estas, na ânsia de auferir lucros cada vez mais exorbitantes, impõem aos consumidores cláusulas contratuais leoninas, muitas vezes leoninas, muitas vezes abusivas e injustas, não encontrando semelhança em nenhum outro País.

É exemplo a exclusão da cobertura dos planos e seguros de saúde de uma série de doenças como as crônico-degenerativas, as infecto-contagiosas - notadamente a AIDS - e mesmo as epidemias.

Tal prática mereceu veemente repúdio por parte daqueles que tem como responsabilidade a atenção à saúde. Em artigo publicado no jornal "Folha de São Paulo", edição de 12.02.94, o Presidente do Conselho Federal de Medicina, médico Ivan Moura Fé, afirma: "não existe 'meia saúde', nem 'meia doença'; saúde é integral. Imagino que os mercadores da saúde nunca conseguirão entender isso."

Não é humano, nem aceitável, que uma pessoa doente busque atendimento médico e tenha como resposta um "não", pois seu plano de saúde só permite tratar uma parte de suas enfermidades.

No seu artigo, o mesmo Presidente do Conselho Federal denuncia o seguinte: "os convênios privados não revelam, mas a imensa maioria dos seus segurados, quando sofre um problema mais sério de saúde, acaba sendo atendida no hospital público. E mesmo com toda a saúde financeira que alardeiam, nunca cogitaram de, honestamente, ressarcir os gastos públicos com seus segurados. Pelo que diz a sua milionária

propaganda, os convênios médicos privados são modernos, detêm alta tecnologia, alguns deles com helicópteros e jatinhos, demonstram invejável saúde financeira e tem um atendimento de alta qualidade. Na prática, cobram exorbitâncias, uma das mais caras do mundo, excluem todas as doenças de tratamento caro, como transplantes, AIDS e câncer, negam os exames mais sofisticados, tem filas e nunca exibem planilhas de custo. Não cobrem doenças infecciosas, crônico-degenerativas, preexistentes, psiquiátricas, órteses e próteses, transplantes, exames mais modernos - mas nos contratos isto é escamoteado em letrinhas microscópicas, incompreensíveis ao cliente ingênuo. Têm helicóptero (...) mas negam atendimento a um caso de dengue."

É ainda o Presidente do Conselho Federal de Medicina quem diz: "O mais grave, porém, é que a saúde não pode ser tratada parcialmente: não se cuida do baço sem considerar o estômago. Não se pode tirar um paciente em coma do UTI, no meio da noite, e dizer-lhe pateticamente que vão embora porque o convênio não cobre AIDS ou porque se prazo na UTI esgotou-se. Ele não vai. Não pode ir. Não é justo que vá".

Com o objetivo de corrigir esta distorção, o Conselho Federal de Medicina, com base em resolução do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, editou uma resolução dizendo que os planos de saúde, de seguro de saúde, devem cobrir todas as doenças contidas no Código Internacional de Doenças. As empresas de saúde negam-se a cumprir a resolução, embora a maioria dos tribunais brasileiros considerem, alguns deles, legal a decisão do Conselho Federal. Muitas vezes não podem considerar, porque afirmam que a resolução não tem força de lei.

#### **(Término do tempo)**

Senhor Presidente, solicito o Horário da Liderança do PTB.

#### **(Assentimento)**

Em sua defesa, a empresa alega que o referido Conselho não tem competência para obrigar os planos e seguros de saúde a não excluir enfermidades de seus contratos.

Então, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou em

dezembro do ano passado, e o Governador Mário Covas sancionou em março deste ano, um projeto tornando lei, a partir da sua publicação - que foi feita em 05.03.97 - que determina obrigatoriedade dos planos e seguros de saúde atenderem seus associados quando acometidos por qualquer das doenças previstas no Código Internacional de Doenças, não se permitindo qualquer exclusão.

Então, lá no Estado de São Paulo agora, o Ministério Público, qualquer pessoa que recorra ao órgão de defesa do Consumidor, o Ministério Público está legalmente instrumentalizado para agir. Ele provoca a justiça, a justiça faz a prestação jurisdicional e esses planos de saúde que movimentam bilhões e bilhões de dólares no nosso País, têm a obrigação de dar atendimento total a este cidadão.

Então, a decisão do Poder Legislativo do vizinho Estado de São Paulo, teve como escopo a Constituição Federal, que em seu artigo 97 declara: "São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor nos termos da lei, sob a sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo a exclusão ser feita diretamente ou através de terceiros e também por pessoa física ou jurídica de direito privado." Ainda a Constituição assevera o seguinte, no que diz respeito a competência de legislar a respeito da saúde pública. Então, compete à União, ao Estado, ao Distrito Federal e aos municípios legislarem concorrentemente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde, etc., etc..

Este mesmo artigo 24 da Constituição Federal, Carta Magna, define competência concorrente dos Estados para legislar sobre direito econômico, produção e consumo e responsabilidade por dano ao consumidor. Vale considerar ainda, que o emérito constitucionalista, José Afonso da Silva, esclarece a norma constitucional ao afirmar: "Se a Constituição atribui..." estou dizendo isto para explicar por que o Estado do Paraná poder legislar sobre plano de saúde. Estou fazendo esta análise da constitucionalidade para que não venham dizer que cabe a União legislar sobre planos de saúde. Podemos tomar iniciativa na medida em que a União

está omissa, na medida que não se discute isto no Congresso Nacional.

Então, motivado pela legislação já em vigor no Estado de São Paulo, tomei a iniciativa de propor o presente projeto de lei, que obriga os planos, os seguros de saúde, a não excluir de seus contratos, obrigando-se, portanto, a qualquer das doenças elencadas no Código Internacional de Doenças, e confiante no espírito público e na preocupação social de todos os meus nobres colegas Deputados. É por isso que confio na aprovação deste projeto, que pretendo torná-lo em regime de urgência, e no prazo máximo talvez de trinta dias, a nossa sociedade e o nosso Ministério Público já tenha esse instrumento legal para obrigar esses planos de saúde a não fazer nenhuma exclusão, a darem atendimento total aos seus segurados, uma vez que eles já movimentam uma soma enorme de recursos e não podem ter essa visão capitalista que a saúde não pode ter, tem que ter uma visão realmente social e progressista de dar atendimento a todo aquele que o procura.

O Sr. Ricardo Chab - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Trevisan, quero parabenizar sua iniciativa por este projeto que o senhor apresenta nesta Casa hoje.

Coincidentemente, ou não, hoje dei entrada a um outro projeto igual ao seu, a mesma coisa. Mas fico contente em saber que o Deputado Trevisan, e esta Casa, a Assembléia Legislativa, na verdade está profundamente preocupada para assegurar o direito do cidadão. Então, estamos apresentando o mesmo projeto, recorreremos nós dois à mesma fonte, que é um Deputado do PT de São Paulo. O que o senhor lei na justificativa, é o que tenho escrito na justificativa do meu projeto. Até brincava com o Deputado José Maria Ferreira: "o plágio foi perfeito". Mas, na verdade, não se trata de plágio, se trata sim, na defesa, até em excesso, Deputado Trevisan, daquelas pessoas que acorrem batem nas Delegacias de Defesa do Consumidor, nas pessoas que procuram os PROCON's, nas pessoas que procuram

emissora de rádio, de televisão, jornais, para protestar.

Então, veja bem, quero aqui - não vou retirar o meu projeto porque não conheço com profundidade o teu projeto, o projeto do Deputado Trevisan, vou deixar o meu também, e tomara Deus que os dois caminhem muito bem como caminhou em São Paulo, onde a população de São Paulo agora, na verdade, está bem protegida, amparada - como bem disse o senhor - por uma legislação atual. E o senhor deve ter encontrado também uma dificuldade para elaborar o seu projeto, porque o nosso código sanitário é diferente do código sanitário de São Paulo. Tive que suprimir alguns detalhes do projeto de São Paulo, porque não caberia, na verdade, no nosso código sanitário aqui do Paraná. E até sugiro aqui - aparteando Vossa Excelência, inclusive parabenizando-o pela iniciativa do projeto - que nós, aqui desta Casa, daqui para frente, façamos um estudo do código sanitário, de um novo código sanitário para o Paraná, porque é de suma importância, a exemplo dos projetos que foram apresentados nesta tarde nesta Casa.

Quero parabenizar o senhor pela atitude de apresentar o projeto e, ao mesmo tempo, é claro, parabenizando o senhor, estaria parabenizando a atitude do Deputado Ricardo Chab. Interessante, coincidentemente, ou não, até brinquei com os nossos colegas, e disse o seguinte: "Olha, eu e o Deputado Trevisan hoje estamos pecando por excesso". Excesso realmente em defesa do consumidor. Parabéns, Deputado.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Só para completar, quero dizer ao Deputado Ricardo Chab que de fato, tomei conhecimento através da Revista "Isto É". Liguei para o Deputado pedindo autorização para que apresentasse aqui. O que podemos fazer, é assinar juntos o mesmo projeto, para que ele tramite pela Casa.

Mas, não é excesso não, é uma necessidade. Hoje a sociedade está desguarnecida, resoluções de Conselho Federal, Conselho Estadual de Medicina não têm força de lei, o Ministério Público quer atuar, quer coibir esta prática dos planos de saúde de se

negarem a dar atendimento a certas enfermidades, e se instrumentalizarmos o Ministério público, a sociedade fica resguardada e os planos de saúde não vão poder mais adotar essa prática insensível e incorreta, de se negarem a dar o atendimento tão necessário à população.

Tem um outro projeto do Deputado Rosinha aqui, que diz respeito ao ressarcimento do Poder Público pelos planos de saúde, do atendimento que o Poder Público oferece às pessoas que têm um seguro saúde privado, ou tem um convênio privado; é um protesto distinto, mas que vem também ao encontro dessa nossa aspiração de realmente estabelecer uma regulamentação para os planos de saúde, e que nós, no futuro, não tenhamos mais que ler nos jornais a maneira como eles atuam.

Eles, na hora que vão vender, prometem tudo, mas na hora que eles são procurados para dar um atendimento, para cumprir a sua parte, eles não dão quase nada. Então, temos que buscar regulamentar para realmente combatermos esta prática.

Então, a partir de agora o projeto é meu e do Deputado Ricardo Chab, que iremos patrociná-lo em conjunto.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -  
Deputado Tureck, "a voz tonitruante de Campo Mourão".

(Risos)

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subindo a esta tribuna - não o fizemos antes porque estivemos representando esta Casa em inaugurações no interior do Estado do Paraná, principalmente na região Centro-Oeste do Paraná, onde, na segunda-feira, estivemos juntos com a família, pela morte do ex-Prefeito de Boa Esperança.

Hoje, usando aqui esta tribuna, para dizer, Senhor Presidente, antes tarde do que nunca, para falar um pouco a respeito do Dia Internacional da Mulher.

Nós, Senhores Deputados, que tivemos o privilégio, na região Centro-Oeste do Paraná, de um

movimento que foi feito pela mulher mourãoense, um movimento que foi feito pela mulher da região da COCAM, em agradecimento e reconhecimento a uma mulher da qual posso afirmar aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados: é um anjo em forma de mulher, que é a Primeira Dama do Estado do Paraná, Fani Lerner.

Ela foi recepcionada em Campo Mourão, na sexta-feira, no dia sete, onde recebeu uma homenagem em reconhecimento ao seu trabalho fraterno, ao reconhecimento pelos programas implantados pelo Governo Jaime Lerner, através da Secretaria da Criança.

Ali, nos sentimos enriquecidos, honrados, de poder ver e presenciar mais uma vez o talento da mulher.

O SR. VALDIR ROSSONI - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Tureck, quero dizer a Vossa Excelência que ouço as suas palavras entusiasmadas, e farei questão de transmiti-las a Fani Lerner. Porque é muito importante, quando vemos o reconhecimento deste belo trabalho, que está sendo desenvolvido pela Primeira Dama do Estado, em favor das pessoas carente, que são as que mais precisam do poder público.

Obrigado.

O SR. NELSON TURECK - Quero dizer ainda, Senhor Presidente, Senhores Deputados, da homenagem prestada a esta mulher extraordinária, com o coração voltado à criança, ao idoso.

Estivemos na última semana representando esta Casa, Senhor Presidente, em obras que foram liberadas no Município de Ubatuba, uma obra de 500 m<sup>2</sup>, liberada pela Fani, ao nosso deficiente físico. Também no Asilo de Velhos, no Município de Ubatuba, estivemos inaugurando obras importantes, através da Secretaria da Criança.

Portanto, não poderia, de forma alguma, deixar de vir aqui, nestas tribuna, Senhor Presidente, para falar em nome da mulher paranaense, que represente a nossa querida Fani Lerner, pela sua vontade, pela sua vida e dedicação e aquilo que ela faz,

ela o faz com amor. Sabemos que em todo o Estado do Paraná - posso aqui falar da minha região, Senhor Presidente - dos programas da Secretaria da Criança que foram implantados em nossa região, em quase todos os municípios.

E hoje, a mulher do Paraná está de parabéns, porque tem a sua Primeira Dama como trabalho reconhecido, que é Fani Lerner. E o mesmo trabalho da Fani Lerner - podemos aqui mais uma vez mencionar, Senhor Presidente - o nome de uma grande mulher que quando em Santa Catarina viveu - e nós nos perguntamos qual foi o maior homem de Santa Catarina, todos ficam quietos e pensando quem foi, mas nós, que somos catarinenses, sabemos que "o maior homem de Santa Catarina" foi uma mulher, que se chamava Anita Garibaldi, que industrializou o Estado de Santa Catarina.

E, dizendo do trabalho de uma mulher que preparou o Estado de Santa Catarina, um Estado estabilizado, de um povo feliz - aproveitando, podemos dizer que o mesmo está sendo feito hoje [elo Governo da transformação, pelo Governador do Paraná, Jaime Lerner, trazendo as indústrias para o nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O Sr. **Emerson Marone** - Só constatar: o "Governador de Curitiba, Jaime Lerner". "A industrialização da Capital do Paraná".

Obrigado pelo aparte.

O SR. **NELSON TURECK** - Só queria dizer ao Deputado, com todo respeito, mas tivemos, outro dia, uma entrevista na nossa região, quando muitos disseram que o Governador só faz coisas em Curitiba. Pelo contrário, o nosso Governador tem, em todos os municípios do interior - e falo pela região centro-oeste do Estado do Paraná - obras e mais obras. E fiz um desafio, de Governos que levaram obras igual a Jaime Lerner levou nestes dois anos de mandato.

Obrigado, Senhor Presidente!

O SR. **PRESIDENTE (Anibal Khury)** - Concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. **JOSÉ MARIA FERREIRA** - Senhor Presidente, demais Deputados.

O que me traz a esta tribuna são, justamente, dois projetos: um, de autoria deste Deputado, que trata do transporte escolar municipal, Programa de Transporte Escolar; e o segundo é em parceria com o Deputado Albanor Gomes, que autoriza o Governo do Estado a assumir as despesas de água e luz, com relação aos hospitais universitários e às entidades filantrópicas.

Com relação do transporte escolar, gostaria só de trazer aos nossos companheiros da Assembléia, informações que são de suma importância. Hoje, grande parte dos municípios banca o transporte escolar, e o Estado do Paraná conta com excelente rede de ensino escolar sob a administração pública, tanto estadual como municipal, e com o advento da municipalização, o ensino de 1º grau e a reorganização do sistema como um todo, os municípios ficara a cargo de um volume expressivo de atividades, incluindo o transporte escolar. Aliás, é graças a este eficiente sistema instituído a nível municipal, que a educação do Paraná tem desempenhado o seu papel tão importante ao processo de desenvolvimento regional. Entretanto, o peso financeiro do sistema tem trazido sérios problemas aos municípios e as suas administrações.

O presente projeto de lei, visa dar condições legais, institucionais ao Estado do Paraná e ao Executivo, dando melhores condições ao trabalho já desenvolvido e de forma quase heróica, pelas Prefeituras Municipais do interior do Estado. Aliás, a Constituição Estadual, em seu artigo 286, assevera que os municípios atuarão com a cooperação técnica e financeira da União, do Estado, nos programas de educação pré-escolar e do ensino fundamental, em consonância com um sistema de ensino estadual. Já no artigo 187, pode-se ler: "os recursos públicos são destinados às Escolas Públicas, objetivando atender todas as necessidades exigidas pela universalização do ensino". A Assembléia Legislativa, compreendendo o extraordinário papel do transporte escolar no processo de ensino no âmbito do Estado e dos municípios,



definiu constitucionalmente que os recursos empregados em tal programa podem e devem ser creditados ao orçamento da Educação. Atualmente, quase metade de cerca de dois milhões de alunos da rede pública de ensino, já se encontram sob a administração municipal, mas além dessas atividades inerentes ao ensino: prédios públicos, bibliotecas, professores, funcionários e despesas de custeio, os municípios transportam alunos da rede escolar sob a administração estadual. E, se assim não o fizessem, centenas e até milhares de alunos, que precisam frequentar as séries mantidas pelo Estado, da 5ª a 8ª série do 2º grau, não poderiam estudar, o que seria uma lástima e um caos ao ensino e educação do nosso Estado.

Somente a guisa de algum exemplo do que ocorre pelas regiões do nosso Estado, neste momento eu tomaria, inclusive, a Região Oeste do Estado do Paraná, composta de 51 municípios. O transporte escolar atende a 36 mil alunos da rede estadual, além de 13 mil alunos da rede municipal, totalizando 49 mil alunos que são transportados todos os dias, Senhores Deputados! 36 mil alunos pertencem ao Estado e outros 13 mil alunos pertencem a rede pública estadual. Somente o município banca este transporte, acarretando, inclusive, a seus cofres, despesas de 12 a 15%, especialmente nos municípios menores.

Por isso, entendo de suma importância a aprovação deste projeto, para o qual solicito a atenção, o apoio dos Senhores Deputados e, especialmente da Liderança do Governo, para que tenhamos os municípios também protegidos, a ponto de poder cumprir com a grande tarefa de colocar, na possibilidade da frequência, as aulas do interior do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura, no Horário do Grande Expediente e no Horário das Lideranças.

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, só queria comunicar a presença do Prefeito de Nova Cantu, Martins Khupeck, que se

encontra hoje aqui no Plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Depois do discurso de Vossa Excelência sobre Anita Garibaldi, nós o recebemos com muita honra, Senhor Prefeito.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Inicialmente quero cumprimentar e saudar nosso companheiro José O. Camilo, Presidente e Coordenador da CRABI, e saudar também um dos Coordenadores da CRABI - Coordenação Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu.

Cumprimentar também o nosso companheiro Hélio, que acompanha o senhor José Camilo, nesta tarde aqui na Assembléia.

Senhor Presidente, está acontecendo aqui em Curitiba, o Encontro Internacional de Atingidos por Barragens. Aproximadamente 20 países estão participando desse Encontro na Universidade Livre do Trabalho, aqui em Curitiba, numa troca extraordinária de experiências, numa troca de informações e na busca de humanizar cada vez mais a questão da construção das barragens pelo mundo a fora. Nós, com a visita que recebemos aqui hoje, dos Coordenadores do CRABI, temos que colocar alguns pontos, Senhor Presidente.

Conversamos com o Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, solicitamos uma audiência com o Diretor da COPEL, Doutor Arturo Andreolli para amanhã, para que os atingidos pela Usina de Salto Caxias, que estarão aqui em Curitiba, possam ser recebidos em comissão, a fim de colocar ao par dos problemas que estão ocorrendo lá nas barrancas do Rio Iguaçu, no Oeste e Sudoeste do Paraná, numa área que será atingida pelo reservatório de Salto Caxias. Querem, evidentemente, um tratamento respeitoso, querem um tratamento que possa lhes dar, na continuidade das suas vidas, tranquilidade e sossego, paz e prosperidade lá onde forem morar.

Por isso, é elogiável o trabalho que a CRABI faz. A CRABI, na verdade, marcou história no Paraná, porque a Usina de Salto Caxias, a última que



está sendo construída pela COPEL, a última em construção no Paraná, na verdade avançou sobremaneira. Conquistas fantásticas os agricultores tiveram, em função da organização da CRABI e dos agricultores que se organizaram, que lutaram, que não tiveram medo, que foram às ruas, que foram lá nas barrancas do rio, acamparam, em busca da defesa dos seus interesses.

Por isso é que nós, aos homenagearmos a CRABI, também, evidentemente, reiteramos a audiência que solicitamos, para que amanhã, quando os agricultores estiverem aqui em Curitiba, possam ser recebidos pelo Diretor de Construção da COPEL, Doutor Arturo Andreolli.

Com satisfação, concedo aparte ao Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Quero me solidarizar com vossa explanação desta tarde, e também reconhecer, acima de tudo, o trabalho que a CRABI vem fazendo com relação aos atingidos de Salto Caxias. Diga-se de passagem, que a experiência conduzida pela organização dos atingidos, foi de tal sorte até agora bem sucedida e bem trabalhada, juntamente com o Governo do Estado - os anteriores e o atual Governo - que é uma das experiências que poderão ser adotadas se findar com esse sucesso que vem tendo até agora. Poderá ser adotada por populações de outros governos de outros países e de outros Estados. Tanto é, que amanhã estaremos votando, em primeira discussão, um projeto de lei que mais ou menos sintetiza essa experiência bem sucedida na interação da sociedade atingida com a empresa COPEL e o Governo do Estado.

As três partes se interagiram numa solução, na condução de soluções que está agradando a todo mundo. Vale dizer que esse projeto de lei traz experiências para o aspecto judicial, para o aspecto legal, que poderá ser aplicada em outros ambientes, quando se tratar de atingidos. Mas ainda para este sucesso do trabalho que está sendo feito pela CRABI, pela COPEL e Governo do Estado há algumas pendências.

Gostaria, se me permitir, Deputado Nereu Moura, de colocar

algumas pendências que foram passadas pela direção da CRABI, que são:

- exigir da COPEL que reconheça a CRABI como movimento e a ADERABI - que é a Associação dos Atingidos - como entidades representativas dos agricultores atingidos, respeitando e sendo eles os interlocutores da sua situação;

- apoiar a Associação ADERABI, através de convênio e repasse, afim de que essa entidade possa auxiliar os grupos em sua organização;

- estabelecer os compromissos firmados, convênios, por sua vez, de assistência técnica, para que sejam repassados recursos com regularidade.

Tem ainda, as pendências de mais de vinte casos sem solução, de primeira e segunda etapas, sem solução por parte da COPEL e existem inúmeros remanescentes que ainda não tiveram qualquer solução. Famílias que estão sendo segregadas. Corte de madeiras na área de reservatório que não está sendo feito conforme acordo com a COPEL. Ainda: discutir o comércio que está perdendo a freguesia. Os professores que ficaram sem alunos. Os funcionários públicos que atuam naquela área. Os que atuam na produção leiteira e também nos portes de areia. E, por último, a discussão com relação à mata ciliar, que é no mínimo de cem metros a faixa ciliar, que a COPEL ainda não está cumprindo. E outras pendências mais. Mas, no momento, a pendência que a COPEL deixou para trás é com relação aos técnicos, que a própria CABRI contrata os técnicos em convênio com a COPEL, que repassa os recursos. Está sendo lentamente rompido este processo todos, que estava indo tão bem.

Nós, da Comissão Parlamentar que acompanhamos, essa interlocução com os atingidos e a COPEL, ficamos numa situação ruim, porque assinamos o termo de compromisso junto com os agricultores. Então, é oportuna a falação de Vossa Excelência e essa preocupação e dizer que nós, obviamente, ficaremos a todo momento ao lado dos atingidos, ao lado da população, que é o polo passivo desse processo, porque o polo ativo é a COPEL, que tem a força de poder do Estado, tem a força da construção civil que está indo a todo vapor, rigidamente em cima do cronograma.

Mas, os agricultores não estão sendo atendidos dentro do cronograma de desapropriação, de atendimento aos convênios, de atendimento, enfim, ao total dos atingidos; seja agricultores, sejam comerciantes daquela área.

Obrigado pelo aparte.

O SR. NEREU MOURA - Agradeço seu aparte. Vossa Excelência tem sido um Deputado operoso na defesa dos interesses dos agricultores, não só da Usina de Salto Caxias, como também da Usina de Itaipu.

O fato é que a mobilização dos agricultores que serão atingidos, a mobilização das pessoas, dos municípios que terão áreas atingidas, foi o que redundou, na verdade, em avanços que temos que reconhecer. Avanços significativos em relação a outras usinas que foram construídas no Paraná. Entretanto, é preciso e é necessário que os compromissos que foram acordados lá, subscritos pela COPEL e pelas Lideranças, por nós, que acompanhamos todo esse trabalho, sejam todos eles cumpridos inteiramente pela COPEL.

Essa é a preocupação dos agricultores que aqui estão e que estarão lá na COPEL amanhã. Somente isso. Ninguém está querendo confusão, ninguém está querendo guerra. Apenas o diálogo para que, através da conversa e do diálogo, os problemas sejam solucionados.

Concedo aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Fui consultado, através do Deputado Irineu Colombo, da necessidade desta audiência com o Presidente da COPEL. E ontem mesmo conversei com o Presidente da COPEL e disse ao Deputado Colombo das dificuldades que teria de ser marcada esta reunião para amanhã no horário que o Deputado Colombo tinha nos consultado.

Como Vossa Excelência há pouco conversou comigo e também pediu para que fizéssemos um esforço para que pudéssemos marcar esta reunião, porque tem aqui um encontro, quero dizer a Vossa Excelência que, lamentavelmente não vai haver condições. O Doutor Igor e o Doutor Andreolli, que também serviria no atendimento nesta questão,

estarão em Santa Maria, Rio Grande do Sul, junto ao Governador Brito, estabelecendo aquele consórcio daquela usina e a COPEL vai participar.

Então, lamentavelmente, amanhã não estarão em Curitiba, nem o Doutor Igor e nem o Doutor Andreolli. Fica aqui, à disposição de Vossas Excelências, se querem deixar marcado para a próxima terça-feira ou uma nova data, se assim for necessário. É esse o esclarecimento que gostaria de fazer a Vossa Excelência.

O SR. NEREU MOURA - Agradeço o aparte do Deputado Valdir Rossoni. Quero só dizer, Deputado Valdir Rossoni, que aqui na tribuna de honra se encontram os Coordenadores da CRABI, e seria até necessário o contato de Vossa Excelência com eles, a fim de que pudessem conversar e dialogar sobre esse assunto.

O Sr. Valdir Rossoni - Coloco-me a disposição logo após a sessão, na Liderança do Governo, onde poderemos conversar sem problema nenhum.

O Sr. Toti Colaço - Deputado Nereu Moura, Vossa Excelência aborda seguidamente assuntos relacionados ao homem e à terra. Queria cumprimentar Vossa Excelência por mais uma vez abordar esse assunto da mais alta importância e fazer rapidamente um comentário no que diz respeito aos proprietários de terras, aonde se constrói uma usina e as terras são alagadas. São dois fatos hoje, claro para o Paraná, e tive oportunidade de percorrer alguns alagados por aí e ver o seguinte: se não me falha, no Município de Saudade do Iguaçu, que tem um reassentamento, uma relocação dos agricultores que estavam a margem do lago, que hoje serve de exemplo até de uma reforma agrária a ser instalada no País.

Em Chopinzinho, melhor dizendo - passo por ali e comento sempre - o que aconteceu ali, na verdade, deveria servir de modelo para implantação de uma reforma agrária, da forma que foi implantado aquele reassentamento dos proprietários de terras que estavam à margem do Rio Iguaçu. Este é um fato, o exemplo concreto que é possível, desde que haja apoio do Governo.

Segundo ponto: aos pequenos agricultores que estão à margem do Rio Iguaçu principalmente, o que está acontecendo hoje? Aqueles que se desfazem totalmente das terras, perdem também a oportunidade de ter a valorização das suas terras. Hoje, lá naquele município adiante de Chopinzinho, próximo a Saudade do Iguaçu, um lote - para se ter uma idéia - na margem do lago, custa 9 mil reais. Estive lá vendo, acompanhado por alguns companheiros, alguns amigos meus, e pude ver o quanto valorizou aquelas terras, pelo menos onde já existe uma pequena infra-estrutura, para áreas de lazer, pescadores e "lazer" para a própria região e não somente lá, como aqui do sul.

São dois fatos importantes, aqueles agricultores que, se puderem segurar aquilo que não for alagado, meu caro Deputado Nereu Moura, Vossa Excelência que cuida disso, que segure um pouco da terra às margens do lago, Por quê? Porque no futuro, um lote vai valer mais do que dois ou três alqueires lá na frente, o valor está hoje correndo naquela região, o que pude observar claramente.

Mas, meus cumprimentos pelo assunto que Vossa Excelência traz mais uma vez para esta Casa, que ligando o homem à terra, permanentemente.

O SR. NEREU MOURA - Para concluir, Senhor Presidente.

O agricultor, nobre Deputado Toti Colaço, quer terra para plantar, porque ele sobrevive da terra, é de onde ele tira o alimento para sobreviver. O agricultor não quer terra para fazer lotes, ele quer para trabalhar nela. É aí que reside a grande essência da luta dos agricultores atingidos pelas barragens.

O Sr. Toti Colaço - Apenas, Deputado Moura, talvez não me fiz entender, não estou dizendo que o agricultor nosso não precise da terra para trabalhar. Acontece que as terras, muitas vezes, que ficam por lá caem nas mãos dos latifundiários, das pessoas poderosas e transformam aquelas terras, que sobraram dos pequenos agricultores, num grande negócio. Somente isso.

O Sr. Edgar Bueno - Deputado Nereu Moura. Gostaria de fazer esse aparte. Primeiro, por reconhecer o seu trabalho, a liderança que o senhor tem mantido com todos esses proprietários que tiveram as suas terras alagadas.

Temos o reconhecimento do seu trabalho, do trabalho da CRABI, do Camilo que hoje nos honra com a sua presença, enfim, de todas as lideranças que fazem parte da direção da CRABI. E dizer o seguinte: fui testemunha, ontem, quando nosso Líder, Valdir Rossoni, questionava junto ao Presidente, para que essa reunião fosse agendada. Infelizmente, por motivos não da vontade do Presidente, mas de compromissos já assumidos, é que não foi possível marcar essa audiência, mas tenho certeza que nos próximos dias essa audiência acontecerá, e o Presidente da COPEL terá o maior interesse em atender, não só a sua pessoa, como um Deputado defensor desta Casa, mas toda a Diretoria da CRABI.

E dizer que quero reconhecer também aqui, o trabalho que a COPEL vem fazendo neste assentamento da Região Oeste do Paraná, principalmente dos assentamentos da Usina de Salto Caxias. É exemplo para o Brasil, esse assentamento, nós que compreendemos que as famílias que foram agredidas, que têm que sair do seu habitat e procurar outros centros para produzir, para criar com dignidade a sua família. Sabemos que elas sofreram essa agressão! Mas, houve uma compreensão por parte da Diretoria da COPEL, por parte do Governo do Estado do Paraná, para que se fizesse um assentamento com dignidade, que se colocasse à disposição desses agricultores, esses pequenos agricultores, áreas altamente produtivas.

Portanto, com certeza absoluta, temos certeza de que este projeto da COPEL que está sendo implantado no Oeste do Paraná, será um exemplo e copiado por outras partes do Brasil.

Por isso, meus cumprimentos à CRABI, meus cumprimentos a Vossa Excelência, e quero deixar aqui este reconhecimento, que devemos lutar para fazer com que os Líderes da CRABI possam levar mais estrutura e condição para seus assentados. Mas, por outro

lado, também queremos deixar registrado o reconhecimento desta grande obra que a COPEL está realizando lá no Oeste do Paraná.

O SR. NEREU MOURA - Finalizo, Senhor Presidente, concluindo exatamente com as palavras do Deputado Edgar Bueno. Nós, que tivemos avanços com a Usina de Salto Caxias, isso ninguém nega, o que queremos é que esta Usina, de fato, não cometa os mesmos erros que houveram em outras usinas, queremos o diálogo, como sempre tivemos. O diálogo tranqüilo e sereno, onde foram colocadas as questões, discutidas, foi assinado o documento, e os documentos precisam ser todos honrados pelos agricultores, pelo Governo e pela população.

E é exatamente esta essência, a solicitação da audiência dos agricultores com a Direção da COPEL. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. JOÃO TECHY (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero anunciar em nosso meio, aqui no Plenário, do Vereador José Roberto Sandoval, que está acompanhado também dos seus colegas, Pastores Antonio Domingues, de Guarapuava e Osnir de Lima, de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSDB. PFL.  
(Declinam).  
PT com a palavra. Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Deputado Júlio Ando faz uma defesa da INEPAR em seu discurso, e também da controleação dessa empresa sem licitação pela COPEL, para construir uma subestação no Distrito Industrial de São José dos Pinhais.

Acho que a melhor defesa que o Governo do Estado pode ter dessa obra, é oferecer toda a documentação necessária para uma análise rigorosa dos seus fundamentos aos Deputados, que assim o desejarem. Nesse sentido, Deputado Júlio Ando, espero contar com o seu voto e da Bancada do seu Partido e da Bancada do Governo, para este Requerimento que estamos apresentando, em nome da Bancada do Partido dos

Trabalhadores, com mais alguns Deputados, que passo a ler:  
"Ilmo. Sr. Ingo Hubert  
M.D. Presidente da COPEL  
Companhia Paranaense de Energia Elétrica  
Nesta Capital

Prezado Senhor:

Na qualidade de Deputados Estaduais, com assento na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na atual legislatura, vimos através desta, com amparo no art. 27, "caput", da Constituição Estadual, estribados, ainda, no artigo 5º da Constituição Federal, bem como na Lei 8.666/93, REQUERER cópia integral do processo que justificou a dispensa de licitação, relativo a execução de obras civis, montagem, eletromecânica e fornecimento de equipamentos para a Subestação do Distrito Industrial de São José dos Pinhais, com cópias autenticadas de todos os documentos que o compõe, tais como: pareceres, tomadas de preços e outros.

Outrossim, requeremos também, cópia integral, também autenticada, do Contrato nº 3.806, firmado entre esta Companhia e a empresa INEPAR, tendo como objeto a execução de obras civis, montagem, eletromecânica e fornecimento de equipamentos para a Subestação do Distrito Industrial de São José dos Pinhais.

O resumo do referido contrato foi publicado no Diário Oficial do Estado, do dia 27.01.97, à pág. 07.

Tendo em vista a urgência no que toca ao atendimento da solicitação epigrafada, rogamos seja atendida no prazo de setenta e duas horas, a contar da data do protocolo desta, de forma a assegurar a prestação das informações de caráter público em poder desta empresa.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos, atenciosamente

(aa) PÉRICLES MELLO, ÂNGELO VANEONI,  
EMERSON NERONE, DOUTOR ROSINHA,  
IRINEU COLOMBO"

A verdadeira defesa do Governo Jaime Lerner e as acusações que hoje se faz contra ele, é a transparência, que é o princípio básico da democracia e me parece que, apesar do Governador ter sido Prefeito nomeado pelo regime autoritário, ele tem pregado

sistematicamente a sua fé na democracia, assim também como os Deputados que o representam.

O inciso 33 da Constituição brasileira assegura o direito inviolável de fornecer informação, a não ser que se trate de assunto de segurança do Estado, o que não é o caso da subestação da COPEL.

Deputado Júlio Ando, fez uma denúncia no começo do mandato sobre o canal extravasor do Rio Iguaçu, que também foi feito sem licitação, apesar de que o valor era muito menor do que este. Denunciamos, conseguimos documentos e mostramos coisas absurdas para o povo do Paraná. Preços em documentos exatamente idênticos entre duas empreiteiras, superfaturamento, usamos uma lógica primária que qualquer criança que estudou até a 4ª série sabe, que uma obra pode ser feita em mais ou menos tempo, dependendo da obra e dependendo do número de homens que trabalham nesta obra e o número de máquinas que vão executar esta obra. Então, demonstrávamos que poderia ser feita a licitação para o canal extravasor, desde que este tempo que ia se perder com a licitação fosse ganho aumentando o número de máquinas para abrir o canal e o número de pessoas trabalhando.

Por isso mesmo, temos o dever de conhecer o projeto ou anteprojeto da subestação, para poder analisar tecnicamente se o governo poderia construir esta subestação e ao mesmo tempo fazer a licitação.

Segundo, precisamos analisar todo o processo de contratação da INEPAR, a forma como foi feita a tomada de preços - que o Senhor Ingo Hubert veio aqui nos dizer que fez - para podermos saber de forma transparente se houve algum problema de superfaturamento, se houve algum favorecimento ilegal ou não à empresa INEPAR, porque a vinculação desta empresa com o governo está aparecendo em todos os momentos da vida do Governo Jaime Lerner, além do que é uma empresa - como se sabe - que foi uma das financiadoras do candidato Jaime Lerner ao Governo do Estado, assim como também do Governador de Santa Catarina, Paulo Afonso, e é uma empresa - como todos sabemos - construída à sombra do Estado.

O próprio Diretor da empresa veio a esta Casa e declarou que ele começou a empresa como estagiário de Engenharia, e hoje tem um patrimônio de mais de 6 milhões de reais. Ele disse isso aqui: a empresa cresceu com empréstimos do Estado a juros baixos, com incentivo do BNDS, tudo bem, mas temos o direito de saber como esta empresa está crescendo agora no Governo Jaime Lerner, já que ela foi uma das financiadoras da sua campanha, e não podemos admitir que o governo faça uma obra de 15 milhões de reais sem licitação, alegando regime de urgência para instalação de uma montadora multinacional, sem sequer demonstrar para o povo do Paraná e para o Senado Federal o contrato que ele fez, o Protocolo de Intenções que ele fez com esta mesma empresa, escondendo do Paraná as relações que ele tem com as grandes montadoras.

Não podemos aceitar isso, e como disse, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, na condição de Líder do PT, já em outras assembleias, que se não tivéssemos resposta do Governador, iríamos entrar na justiça, porque queremos assegurar o direito constitucional do cidadão, Deputado, muito mais, porque Deputado não é um simples cidadão, ele representa a vontade popular, nosso mandato é um mandato coletivo e vamos entrar, inclusive, com uma ação de inconstitucionalidade a um artigo da Constituição do Estado, que obriga requerimento de informação a passar pelo Plenário, porque achamos um absurdo e entendemos que direito de informação é direito do cidadão e é direito da minoria neste Plenário.

O Sr. Júlio Ando - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Péricles. Estranho Vossa Excelência desta tribuna da maneira como coloca, faz algumas colocações a respeito do meu pronunciamento e Vossa Excelência, inclusive, deixa claro que está encaminhando um Pedido de informações.

Não concordamos com vários Pedidos de Informações, porque nos trazem como suposições, como Vossa Excelência está colocando aí, realmente situações não concretas que

justifiquem a aprovação de requerimentos de informações. Quando usei a tribuna nesta tarde, foi no sentido de trazer números fidedignos para os Senhores Deputados desta Casa. Quando falamos que o valor da proposta foi de 11 milhões, 690 mil reais, é porque temos informações plenamente confiáveis e apresentando a este Plenário para que desse valor, inclusive distorcendo os valores que Vossa Excelência está colocando nesta tribuna.

Tenho certeza que a própria INEPAR, se Vossa Excelência tiver um pouco de paciência, poderá fornecer a Vossa Excelência uma informação mais correta sobre isso. Não entendo, muitas vezes, quando nós, Deputados, temos um sentimento paranista, tecer em cima de críticas a uma empresa genuinamente paranaense, que hoje realmente cresceu graças a sua capacidade de empreendimento.

Então, Deputado, tem situações que muitas vezes vão confundir aqueles que nos ouvem, os nosso ilustres visitantes que estão aí, e na verdade não tem fundamento para formulação de pedido de informações.

O SR. PÉRICLES MELLO - Deputado Júlio Ando, comecei o meu pronunciamento dizendo que, em função do que o senhor tinha dito, o senhor seria o primeiro a votar a favor do pedido de informações. A melhor resposta a qualquer insinuação da Oposição, qualquer desconfiança, é a transparência. Não existe melhor resposta à Oposição do que a transparência do Governo. Não queremos nada mais do que uma informação por escrito. Uma coisa é documento escrito, que posso analisar tecnicamente, contratar um engenheiro especialista neste tipo de obra e fazer uma análise técnica. Outra coisa é a palavra do Presidente da COPEL, que até aceito como verdadeira, mas tenho direito de analisar documento para poder, com profundidade, interpretar o que foi feito.

A questão do valor, Deputado Júlio Ando, refiro-me ao valor do Diário Oficial. Sei que a INEPAR foi contratada por menos, mas quero conhecer este contrato, quero ver a possibilidade de fazer aditivo ao

contrato no futuro, para saber verdadeiramente o que se passou.

Então, não há de minha parte nenhuma aversão. Pelo contrário, louvo a sua atitude e sei que o senhor, sendo coerente com seu discurso de hoje, vai votar favoravelmente ao pedido de informações da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. Ângelo Vanhoni - Permite um aparte, Deputado?  
(Assentimento).

Deputado Péricles Mello, escutei atentamente as razões contra argumentadas pelo Deputado Júlio Ando. Não podemos, Deputado Júlio Ando, sob o pretexto de uma razão profunda do amor pelo Estado do Paraná - que acho que está dentro do coração de todos nós - simplesmente rasgar a Lei 866 e dizer o seguinte: em nome da defesa do Paraná, não vamos abrir mais concorrência nenhuma, e vamos privilegiar as empresas do Estado do Paraná! Não é assim.

Então, o que estamos pedindo - e gostaria que Vossa Excelência se debruçasse com um pouco mais de atenção a este processo, porque Vossa Excelência não tem os números verdadeiros. Peça cópia do contrato, gostaria que Vossa Excelência pedisse, aliás, vote a favor do Requerimento, porque o contrato firmado entre a COPEL e a INEPAR é maior do que o valor que Vossa Excelência está se baseando.

Então, com estas informações verdadeiras, Vossa Excelência terá oportunidade de, realmente, conhecer todo o conjunto do processo. Então, para que Vossa Excelência não tenha que amanhã dizer: "É, me desculpem, Senhores Deputados, mas eu estava com uma informação parcialmente verdadeira", estou lhe avisando: o contrato firmado, publicado em Diário Oficial, não é de onze milhões, é de quatorze milhões, quatrocentos e lá vai pedra.

Então, para sua informação, o que é bom mesmo é votar a favor do Requerimento, porque aí todas estas questões ficam definitivamente esclarecidas.

O SR. PÉRICLES MELLO - Obrigado, Deputado Vanhoni.

Concedo um aparte ao Deputado Nerone.

O Sr. Emerson Nerone - Deputado Péricles, Deputado Júlio Ando, o senhor está chegando agora na Casa, e tivemos uma discussão terrível quanto às informações, na época, do canal extravasor. O Governo alegava urgência, urgência urgentíssima, e o canal extravasor extravasou de tempo o período de sua construção. E lá se vão quase dois anos e o canal extravasor ainda continua rendendo dividendos ao esquema que foi montado para aprovação em regime de urgência. E digo "rendendo ao esquema que foi montado" porque a falta de licitação e o não cumprimento das normas previstas para a construção nos deixam margem para duvidar, naquela velha lógica de que "até que se prove ao contrário, todo homem é honesto"; a partir do momento que você mente, a partir deste momento ou você prova ou você é desonesto.

A questão do pedido de informações, o senhor disse neste caso não há embasamento, ou em muitos casos não há embasamento, e por isso justifica o voto contrário. Primeiro, a Constituição não diz que deve ter, ou não deve ter algum fundamento, a Constituição diz que todo cidadão tem direito a saber aquilo que está acontecendo em qualquer departamento, em qualquer órgão do Estado, seja a União, seja o governo Federal, seja o Governo Estadual, seja o Governo Municipal, pelo simples fato, pelo fato de ser cidadão, isso é inerente à cidadania.

Como Deputados, temos um Plenário para aprovação, estamos questionando isso na justiça, porque não poderia ser votado um Requerimento, teria que ser inerente à cidadania, assim como a Constituição prevê. Não há de ter embasamento sólido para um pedido de informação, Deputado Júlio Ando, porque se tivesse embasamento sólido, não precisaria um pedido de informações. O senhor tem estas informações por pertencer ao governo, por conhecer os papéis, por ter acesso às Secretarias; nós, da Oposição, não temos acesso a esses papéis. É óbvio que a única forma de eu conhecer, é pedindo informações, e o pedido de informações é exatamente para analisar, e a partir da análise,

tomarmos um posicionamento com referência a isso. É extremamente lamentável nos sentirmos assim, despojados da condição que nos foi dado pelo voto, no momento em que a Bancada governista insistentemente vota contrário aos pedidos de informações. Imaginamos que a população do Paraná fica a se perguntar por que é que não se dá informações, por que é que não se informa os Deputados, ou a qualquer cidadão, a qualquer um do povo, conforme reza a Constituição, afinal.

Ontem o Deputado Péricles colocou com muita sabedoria: o Estado ainda não é um bem particular do Senhor Governador Jaime Lerner.

O SR. PÉRICLES MELLO - Só para concluir. Temos que perguntar como é que um Estado e um Governo que quer ser respeitado internacionalmente, pode desrespeitar os princípios elementares da democracia. Se somos paranistas, temos que valorizar o nosso Estado, e valorizar o Estado é valorizar os princípios elementares da democracia. Não podemos igualar o Paraná a um republiqueta da América Central. Nos custou vinte anos de luta a democracia, Deputado Júlio Ando. Informação é direito de minoria.

Só para concluir. Estamos entrando com Requerimento do Deputado Ângelo Vanhoni, Deputado Anibal Khury, solicitando que no dia 02 de abril do presente ano, seja realizado sessão especial nesta Casa de Leis, em comemoração ao setenta e cinco anos de fundação do PC do B, Partido Comunista do Brasil. Esperamos que os Deputados aprovem este ato importante para a história do nosso País e à memória do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança do Governo.  
(Declina).  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi,



constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 042/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo alienar o Lote nº 03, do Imóvel denominado Três Tombos, situado no Município de Pitanga, com área de 106,4415 ha, à Izabel Goldacha. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 025/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que dispõe sobre a obrigatoriedade da veiculação de programas de informação e prevenção da AIDS para alunos de 1º e 2º Graus, no Estado do Paraná. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. E C.E.C.E.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 04/96, de 27.02.96).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI Nº 025/95

##### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, dispõe sobre a obrigatoriedade da veiculação de programas de informação

e prevenção da AIDS para alunos de 1º e 2º Graus, no Estado do Paraná.

Após análise da proposta, constatamos que esta não fere qualquer dispositivo constitucional, legal e regimental.

Pelos motivos acima expostos, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ANTONIO BELINATI - Relator

### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

#### PROJETO DE LEI Nº 025/96

##### P A R E C E R:

#### Relatório

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Luiz Accorsi, tem por finalidade dispor sobre a obrigatoriedade da veiculação de programas de informação e prevenção da AIDS para alunos de 1º e 2º Graus, no Estado do Paraná.

#### Fundamentação

Tal propositura já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Comissão de Saúde Pública, chamada a opinar, conclui que a matéria é de grande necessidade social, portanto altamente pertinente.

#### Conclusão

Face ao exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.06.96.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

#### PROJETO DE LEI Nº 025/96

##### P A R E C E R:

#### Relatório

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Luiz Accorsi, dispõe sobre a obrigatoriedade da veiculação de programas de informação e prevenção da AIDS para alunos de 1º e 2º Graus, no Estado do Paraná.

#### Fundamentação

Atualmente, é notória a importância com que se trata o assunto



referente à prevenção da AIDS, através de diversificados segmentos.

Com a intenção de tornar obrigatória a veiculação de programas de informação e prevenção da AIDS, aos alunos de 1º e 2º Graus nas escolas paranaenses, o autor pretende conscientizar e esclarecer as crianças e adolescentes, advertindo-os dos perigos de contrair o Vírus HIV.

#### **Conclusão**

A presente proposta foi analisada anteriormente pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde Pública, onde manifestaram o parecer favorável.

Diante do exposto, entendemos ser uma medida altamente significativa, de caráter protetivo e emergencial, merecendo o parecer favorável à sua aprovação, desta douta Comissão de Educação.

Sala das Comissões, em 10.12.96.

(aa) PÉRICLES MELLO - Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

#### **ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 159/96, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a instituir Programa Estadual de Transporte Escolar. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.E.C.E.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 54/96, de 07.05.96).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

##### **PROJETO DE LEI Nº 159/96**

##### **P A R E C E R:**

Cabe ressaltar que o autor, ao elaborar esta proposição, anexou justificativa muito bem fundamentada.

A proposição é autorizatória.

Analisando sob o aspecto legal e de técnica legislativa, não encontramos qualquer óbice para sua normal tramitação.

Portanto, o nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ANTONIO ANNIBELLI - Relator

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS**

##### **PROJETO DE LEI Nº 159/96**

##### **P A R E C E R:**

O presente projeto de lei em pauta, de autoria do nobre Deputado José Maria Ferreira, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar.

Trata-se de uma iniciativa de grande significado social e que vem atender uma das mais urgentes prioridades na rede estadual de ensino, seguindo a esteira da municipalização do setor, dando mais alívio ao peso financeiro que por ora cabe ao município a responsabilidade com os gastos com o transporte escolar.

Sala das Comissões, em 24.06.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
GERALDO CARTÁRIO - Relator

#### **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

##### **PROJETO DE LEI Nº 159/96**

##### **P A R E C E R:**

O projeto de lei de autoria do Deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar.

O projeto em questão recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças.

Analisando a proposição com as diretrizes traçadas pelo art. 33, I e § 7º do Regimento Interno, esta Comissão entendeu que há respaldo legal para o prosseguimento da presente, não encontrando óbice à sua tramitação nessa Casa de Leis.

Nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10.12.96.

(aa) PÉRICLES MELLO - Presidente  
WALMOR TRENTINI - Relator

#### **ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/96, de autoria dos Deputados Albanor Gomes e José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a isentar hospitais universitários das taxas de consumo de energia elétrica e de água, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 108/96, de 11.07.96).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

PROJETO DE LEI Nº 326/96

VOTO EM SEPARADO

As suas proposições tramitam juntas haja vista a identidade de conteúdo.

Discordamos do parecer favorável exarado ao Projeto de Lei nº 326/96 e concordamos com o Deputado Caio Quintana, Relator do Projeto de Lei nº 404/96, em razão dos seguintes fatos:

a. o serviço público de energia elétrica, por ser objeto de concessão federal, é regulamentado pela União, à qual compete previamente legislar sobre a matéria (C.F., art. 22, inciso IV);

b. as tarifas são fixadas pelo Ministério de Minas e Energia, através do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE;

c. na fixação das tarifas são consideradas os custos específicos do fornecimento de energia, de acordo com a classificação do consumidor, segundo a atividades desenvolvida na unidade consumidora, e o nível da tensão de fornecimento;

d. as normas baixadas pelo poder concedente vedam qualquer tratamento diferenciado entre consumidores enquadrados na mesma classe e tensão de fornecimento, como seria a isenção pleiteada.

Destaca-se que qualquer desconto concedido a determinada classe de consumidores deve ser necessariamente coberto pelas demais, em razão do regime do serviço pelo custo.

Conforme dispõe, também, parecer da Procuradoria Geral do Estado, a SANEPAR, por imposição está proibida de prestar seus serviços gratuitamente, conforme o inserido nos artigos 49 e 50 do Decreto nº 3.926/88:

"Art. 49 - Não serão admitidas isenções de pagamento de contas devidas à SANEPAR.

Art. 50 - A SANEPAR não prestará serviços gratuitamente ou com abatimento."

Em relação às Santas Casas de Misericórdia, salientamos que se tratam de instituições privadas e que já recebem subvenções sociais, portanto, apesar do trabalho relevante

que realizam, não podemos concordar com a aplicação de mais recursos públicos nestas instituições.

Em face do exposto, de nada adianta serem os Projetos de Lei 326/96 e 404/96 autorizatórios, porque continuam infringindo a legislação existente.

Para sanar esta inconstitucionalidade, sugerimos a aprovação de substitutivo apenso, o qual transferiria o pagamento dessas taxas ao Governo do Estado.

Sala das Comissões, em 10.12.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NERONE - Relator

PROJETO DE LEI Nº 326/96

SUBSTITUTIVO GERAL DA  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Art. 1º - O Poder Executivo custeará as taxas de consumo de energia elétrica e de água para Hospitais Universitários Públicos ou Hospitais de Clínicas, mantidos por Instituições Públicas de Ensino Superior, a partir de 1º de janeiro de 1997.

Parágrafo Único - Para se habilitar ao benefício de que trata este artigo, os Hospitais Universitários Públicos ou Hospitais de Clínicas, mantidos por Instituições Públicas de Ensino Superior, deverão dispor de um mínimo de setenta por cento (70%) de leitos do Sistema Único de Saúde.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NERONE - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 484/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a atribuir aos Docentes Catedráticos ativos e inativos, nomeados anteriormente a Constituição Federal de 1967, a gratificação de incentivo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.E.C.E.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 163, de 04.11.96).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 484/97

P A R E C E R:

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a atribuir a gratificação de incentivo, aos Docentes Catedráticos ativos e inativos, nomeados anteriormente à Constituição Federal de 1967.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental, a matéria encontra-se em condições de prosseguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.11.96.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente  
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 484/96

P A R E C E R:

## Relatório

De autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, o plano de lei em análise visa autorizar o Poder Executivo a atribuir aos Docentes Catedráticos ativos e inativos, nomeados anteriormente à Constituição Federal de 1967, a gratificação de incentivo.

## Fundamentação

A matéria veio a receber aprovação pelos nobres Pares desta Casa de Leis, ao passar pela análise da Comissão de Constituição e Justiça, dada a inexistência de impedimentos de natureza legal, regimental e constitucional que prejudicassem o seu trâmite normal.

## Conclusão

Neste sentido e passando por essa douta Comissão de Finanças a proposta, em conformidade com o art. 33, § 3º do Regimento Interno, vem a seguir o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, manifestando-se favoravelmente à aprovação do projeto de lei em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.97.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI Nº 484/97

P A R E C E R:

Para análise desta Comissão o projeto de autoria do Deputado Anibal Khury que autoriza o Poder Executivo a atribuir aos Docentes Catedráticos ativos e inativos, nomeados anteriormente à Constituição Federal de 1967, a gratificação de incentivo.

De acordo com o § 4º do Artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, compete à esta Comissão manifestar-se sobre proposições relativas à presente matéria.

Face a justificativa apresentada, considerando a justa reivindicação dos Professores Docentes Catedráticos e, ainda, que a matéria já foi objeto de decisão favorável deste Legislativo, somos de parecer favorável ao presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.96.

(a) PÉRICLES MELLO  
Presidente e Relator

## ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/97, de autoria da Comissão Executiva, que autoriza a Senhora Emilia de Salles Belinati, vice-Governadora do Estado ausentar-se do País. COM PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA. (SEM PARECER).  
**Aprovado.**

PROJETO DE DECRETO  
LEGISLATIVO Nº 03/97

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizada a Senhora Emilia de Salles Belinati, vice-Governadora do Estado, ausentar-se do País, entre os dias 18 e 31 do corrente mês de março, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de tratar de assuntos particulares, em viagem sem despesas para o erário público.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO",  
em 11.03.97.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -  
Sobre a mesa, Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, anunciando o quociente para organizar as Comissões Permanentes, de Inquérito e Especiais, para a 3ª Sessão Legislativa da 13ª Legislatura, conforme a composição partidária nesta data.

A Mesa vai encaminhar às Lideranças o quociente, cujos cálculos foram feitos, aqui pela Mesa, para que os Senhores Líderes, até a próxima segunda-feira confirmem ou não os cálculos da Assembléia. Cada Liderança receberá o parecer da Comissão Executiva.

Esta Presidência, com a responsabilidade de conduzir a Assembléia Legislativa, órgão independente, e a cuja responsabilidade de fiscalizar os atos do Governo são inerentes ao Poder, e para que não se duvide do nosso alcance fiscalizatório, e entendendo que cabe a nós a responsabilidade principal de manter viva uma instituição como o BANESTADO, patrimônio público de todos os paranaenses, sugere às Lideranças e aos Senhores Deputados, que se proceda uma convocação de todos os Diretores da BANESTADO, inclusive o Senhor Secretário da Fazenda - em sessão secreta - para que não se alegue que a Assembléia está prejudicando um Banco que vive da confiança popular. Sugere que esta Assembléia faça com a necessária pressa essa reunião, com todos os Diretores e com o Secretário da Fazenda.

Já tenho a palavra do Líder do Governo, Deputado Rossoni, que aprovará essa convocação.

Conversarei com todas as Lideranças, sugerindo que essa é a solução mais correta, e que oferece a todos os Senhores Deputados a oportunidade de perguntar, livremente, a todos os Diretores do Banco, aquelas

dúvidas que pairam sobre a administração.

Como já disse, na qualidade de Presidente da Assembléia, e com a longa caminhada que tenho pela política, a experiência adquirida nestes tempos todos, observando todos os lados e fatos políticos, creio que esta é a melhor solução para o Paraná e para a instituição bancária que é patrimônio público. Reitero esse pedido.

Quando regressei ao Paraná, sugeri que as disputas internas entre os nossos Líderes principais deveriam ser feitas com mais cautela, para que o Paraná não apareça no cenário nacional, mais uma vez como um espetáculo deprimente. E isso vale dizer, Senhores Deputados, que a responsabilidade de Presidente da Assembléia que vocês me deram, faz com que eu faça um apelo, até dramático, para que saíamos desta crise política aqui na Assembléia com essa solução.

O debate será conduzido por esta Presidência, pela Mesa. Creio que será um debate de alto nível e vamos saber o que realmente está acontecendo no nosso principal estabelecimento de crédito.

Não estou fazendo papel de Pilatos, não estou lavando as mãos. Estamos numa difícil cruzada, se não tivermos cuidado, levaremos o Banco do Estado à falência, porque a instituição - não só o Banco do Estado, como qualquer instituição bancária - vive da confiança do povo e dos seus clientes. O meu apelo é sincero, o meu apelo é em benefício do Paraná e também preservar a Assembléia de uma possível responsabilidade, uma condução mais crítica do estabelecimento de crédito que possa redundar num total fracasso do nosso estabelecimento de crédito.

Creio que a presença de todos os Diretores do Banco, do Secretário da Fazenda, fará com que esclareçamos tudo o que está realmente acontecendo no Banco do Estado do Paraná. Fico agradecido aos Senhores Deputados e faço essa sugestão como Presidente da Casa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) -  
Senhor Presidente, acho que falo em nome do meu Partido - Partido dos Trabalhadores - e eu, em especial,

nesses dois anos que tenho convivido com os Senhores Deputados, acho que não preciso dar testemunho, mas não há nenhuma declaração minha à imprensa, nesses dois anos, que pudesse colocar em risco a imagem deste Banco, deste instrumento para desenvolver o Estado do Paraná, que é o Banco do Estado.

Tenho conhecimento de inúmeras irregularidades e já chegaram aos meus ouvidos e ao meu gabinete uma série de informações de irregularidades cometidas pelo Banco nesses últimos dois anos, e também nos anteriores. Sou funcionário do Banco do Estado, sei como se comporta esta instituição sendo governada por políticos e da maneira como ela tem sido governada e gerida nos últimos anos. Em que pese todos os problemas existentes numa empresa como é o Banco do Estado, ainda sou daqueles que entendem que a preservação deste Banco como um Banco público é importante para todos os paranaenses.

Em que pese todos os problemas ocorridos ao longo da sua história, o BANESTADO desfruta de uma situação ímpar no mercado financeiro deste País. Tem uma credibilidade que nenhum outro Banco estatal brasileiro tem.

O meu Partido e eu defendemos, há questão de dois, três dias atrás, a necessidade da instalação de uma CPI - defesa feita por mim. Sei dos riscos que isso traz para uma empresa, que não é a SANEPAR, que não é a COPEL, mas que depende exatamente, do seu prestígio perante a sociedade e os investidores, para que tenha sucesso e consiga sobreviver enquanto empresa.

Sei destes riscos, Senhor Presidente, quero dizer que o senhor tem o total apoio, acho que não só meu, mas de toda a Bancada do PT, em propor uma reunião como esta, para fazer alguns esclarecimentos, sobretudo ao que diz respeito ao BANESTADO Leasing, e a participação da Corretora do Banco do Estado, na compra de Títulos que são objeto de investigação na CPI do Congresso Nacional.

Mas, gostaria de deixar um pedido em forma de alerta, porque já vi algumas explicações por parte do Governo durante estes últimos dois anos, vou ser bastante sincero: gostaria - e quero muito - que depois dessa reunião, possamos chegar e dizer

o seguinte aos Senhores Deputados: "Não necessita mais uma CPI no Banco do Estado do Paraná, as explicações foram convincentes e o que foi acertado com a Diretoria e com o governo do Estado - acho que podem dizer para a opinião pública do Estado do Paraná - está sendo cometido uma certa lisura na condução dos negócios públicos naquela instituição, e a Assembléia Legislativa sairá, daqui para a frente, com o compromisso de que, irregularidades que temos visto nestes últimos dois anos não serão mais cometidas".

Mas, Senhor Presidente, se a postura da direção do Banco do Estado do Paraná, nesta reunião secreta - deixo já o aviso - for tentar convencer os Senhores Deputados que nada de errado tem acontecido na condução da BANESTADO Leasing e de outros Departamentos do Banco do Estado do Paraná, deixo de antemão para Vossa Excelência e Senhores Deputados, com a maior sinceridade, não só não vou comparecer nesta reunião, como vou continuar insistindo na CPI.

Espero que a Diretoria do Banco venha com o mesmo desprendimento que nós, que estamos propondo uma CPI, estamos nos colocando. Queremos que algumas questões fiquem bem esclarecidas e que algumas medidas sejam tomadas no Banco do Estado, para que daqui a quinze dias ou daqui a seis meses, por mais que não tenhamos feito nada, o Banco do Estado tenha que ser fechado, porque irregularidades foram cometidas. Não está em jogo o Governo do Jaime Lerner, não está em jogo o Governo de Roberto Requião, Álvaro Dias ou Ney Braga; está em jogo a sobrevivência do Banco do Estado do Paraná, e a sua importância para todos os paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Horácio Rodrigues.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Senhor Presidente, é evidente que a sua presença física, espiritual e intelectual, engrandece o Paraná. Talvez em alguns apartes - talvez não eticamente educados - me referi a um

cidadão, Senador da República, que mostrava documentos sem assinatura.

Neste instante, em nome do meu Partido - Partido Liberal - peço escusas a todos. Espero e tenho certeza que uma reunião franca, aberta, só vem engrandecer o Paraná.

É esta a posição, que peço a todos os Líderes dos Partidos, endossando a posição de Vossa Excelência.

Obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Deputado Anibal Khury, Senhores Deputados.

Na condição de Líder do PMDB, e já tendo feito uma rápida avaliação com alguns companheiros, queremos dizer que a proposta de Vossa Excelência nos sensibiliza e que nós, dentro de alguns instantes, já com reunião anteriormente marcada, estaremos analisando com mais profundidade esta proposta de Vossa Excelência. Mas, entendemos que ela vem de encontro à urgência e à necessidade que temos de prontamente ver esclarecidas as dúvidas e superada esta fase de intrigas, que hoje acomete todo o Estado do Paraná e isso transbordando para outros Estados e para o Brasil inteiro e vindo, inclusive, aqui para a Assembléia na forma de debates acalorados, e muitas vezes até contundentes, mas me somo ao Deputado Ângelo Vanhoni no sentido de que esta reunião com a Diretoria do BEP, seu Conselho de Administração, representado pelo Secretário Miguel Salomão, possa ser sim uma reunião esclarecedora, onde possamos ter a transparência, não só nas indagações que forem feitas pela Diretoria do BANESTADO, porque se aqui vierem, a exemplo do que aconteceu em épocas passadas, protegidos sob o manto do sigilo bancário, não tenho nenhuma dúvida que a nossa reunião está sendo proposta a ser secreta, poderia ser aberta, porque nada vamos conseguir esclarecer.

Entendo que a postura que vem sendo adotado pelo PT e pela maioria dos Deputados do PMDB, em que devêssemos fazer uma CPI na questão dos debêntures emitidos pela BANESTADO Leasing e na aquisição de Títulos Públicos, através da BANESTADO Corretora, ela vem na decorrência da

falta de informações e diálogo que esperamos possa haver, nessa reunião secreta que Vossa Excelência está propondo, que seja deferida e que seja realizada.

Um apelo mais eu faria no sentido de que, decidida a realização da reunião secreta, que ela acontecesse de imediato, não mais passando de segunda-feira, talvez, para que possamos, o mais rapidamente possível, termos os esclarecimentos e a satisfação de poder dizer, como disse o Deputado Vanhoni: "Estamos satisfeitos com os esclarecimentos, não se fala mais em CPI, vamos ao trabalho, vamos à luta", porque é inadmissível quando nós - e pego o exemplo que tanto eu quanto o Deputado Miltinho é testemunha de termos ido dezenas de vezes ao Banco do Estado do Paraná e, ainda ontem lia uma notícia sobre o fechamento da Agência de Pirapó, onde o Deputado Miltinho Puppio tentou e tentou, e a exemplo de nós, em outros casos, também não conseguiu retornar a Agência, ou fazer com que ela permanecesse.

Cito mais um exemplo, Deputado, do caso da Cooperativa de Ivaiporã, a COPIVA, que Vossa Excelência acompanhou, que acompanhei e que o Deputado Paulo Maia acompanhou, e que buscava incansavelmente 500 mil reais para poder fazer o giro e iniciar uma comercialização da safra. Fazem quase dois anos e isso não se consegue, e aí se vê notícias que uma determinada empresa, em situação muito mais crítica do que a Cooperativa, conseguiu 4,5 milhões; outra conseguiu 2 milhões; outra 18 milhões; outra 15 milhões.

Então, isso realmente faz com que todos fiquemos apreensivos e, a exemplo de Vossa Excelência, quando diz que não quer que, por um ato mais agressivo da Assembléia, ao convocar uma CPI, coloque em risco a condição de permanência do nosso Banco público, muito mais nós, que somos homens públicos, no meu caso, aqui estamos há quatorze anos defendendo o Banco, todos os assuntos do Banco que vieram à Assembléia nestes quatorze anos, fomos parceiros e quando vemos a Assembléia se levantar, ficamos entusiasmados, porque todos nós, ao estarmos agindo desta forma, estamos agindo em defesa do Banco, porque quem

não está agindo em defesa do Banco, são aqueles que, ocupando funções de direção no Banco, fazem com que negócios sejam realizados de forma escusa e de forma a vir prejudicar o Banco, a sua imagem e seu patrimônio.

Tem Vossa Excelência, Presidente, o nosso apoio à realização da reunião secreta. Vamos reunir a nossa Bancada e, certamente estaremos ao lado de Vossa Excelência, mais uma vez, no sentido de ajudar o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Antes de dar a palavra ao Deputado Rossoni, o Deputado Silvestri vai falar também, asseguro à Vossa Excelência e à Assembléia, com a responsabilidade de Presidente da Casa, que na reunião secreta não vai haver sigilo bancário.

Com a palavra o Deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) -

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Em nome da Bancada do PSDB, quero parabenizá-lo por essa atitude, inclusive porque demonstra sua sabedoria, sua inteligência, sua experiência ao longo de todos estes anos no comando da Assembléia Legislativa e do poder político no Estado do Paraná. Essa sua iniciativa vem de encontro inclusive, às aspirações da nossa Bancada, numa reunião que tivemos ainda hoje, onde vamos fazer essa proposição.

Por isso quero parabenizá-lo por essa atitude sábia, correta, e ao Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni e aos demais Líderes. Porque acredito ser este o comportamento que a sociedade paranaense espera da Assembléia Legislativa. Todos sabemos que, infelizmente, a comunidade, a população de forma geral, já associa que está havendo irregularidades. Uma CPI leva certo tempo, muitas vezes meses, para ser apurada na sua íntegra. Com isso, logicamente, a instituição financeira que sobrevive em função da confiança do correntista com a instituição, o prejuízo que o Banco do Estado teria seria muito grande.

Por isso o parabenizo - e tenho certeza que em nome de todos os meus

colegas Deputados do PSDB - por sua atitude sábia, correta, inclusive salvaguardando essa instituição - o BANESTADO - que não é do Governador Jaime Lerner, não é do Governador Requião, não é do Governador Álvaro Dias, do Governador Richa, enfim, é uma instituição de todo o povo paranaense.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de mais nada, quero parabenizá-lo pela sabedoria com que o senhor colocou, nesta Casa, para que participássemos de uma sessão secreta. Sessões secretas já aconteceram antes e com ótimos resultados. E não podemos expor o nosso Banco, o Banco de todos nós, paranaenses, ao mercado, à especulação, as questões polêmicas onde podemos ter, nesse debate, numa CPI montada pela Assembléia, perdas financeiras para o nosso Banco do Estado.

Parabéns, Deputado Anibal Khury, parabéns, Deputados, por entenderem a importância que tem uma sessão secreta para se discutir, para poder discutir, para poder chegar a um resultado bom para todos. E não uma CPI que pode colocar o nosso Banco do Estado numa situação delicada.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero pedir a permissão de Vossa Excelência para falar sentado, porque estou com problema na coluna. Mas, gostaria de cumprimentá-lo e que, por alguns dias, depois de levantada essa situação do BANESTADO, também me preocupava - e muito - em acharmos uma forma que pudéssemos esclarecer as dúvidas dos Senhores Parlamentares. Muitos Parlamentares, ontem à tarde, estiveram conosco quando colocávamos a nossa preocupação de acharmos a forma.

E, feliz o Estado que tem o Senhor Anibal Khury como Presidente! Sabiamente, acredito que a fórmula encontrada por Vossa Excelência trará a tranquilidade à instituição BANESTADO. E quero aqui dizer ao Deputado Vanhoni - Líder do PT - que falou em nome do PT, e ao Deputado Orlando Pessuti - Líder do PMDB - que podem ter certeza absoluta: é de



interesse do Governador que as questões do BANESTADO fiquem claras, para que a população do Paraná continue acreditando cada vez mais no BANESTADO.

Então, cumprimento o nosso Presidente, mas também reitero, acho, na minha opinião, que deveríamos marcar o quanto antes possível, para que tivéssemos a oportunidade e esclarecermos essas questões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, na realidade, quero fazer uma solicitação - não é uma questão de ordem - em função da palavra do Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni, estou indo à Brasília, e pretendo marcar uma audiência com a Senadora Emília Fernandes, sub-relatora da Comissão, que é Senadora pelo Estado do Rio Grande do Sul, que detém as informações do SELIC, que foi o rastreamento do Banco do Estado com outras corretoras e empresas distribuidoras de títulos no resto do Brasil na compra dos títulos públicos.

Quero dizer a Vossa Excelência, que sem essas informações que constam do Relatório do Banco Central, não tenho condições de participar da reunião, porque não sou nenhum técnico, não acompanho isso, e de nenhum de nós pode ser exigido isso, não tenho condições de acompanhar a reunião do Banco do Estado a respeito dessas operações.

Então, gostaria que Vossa Excelência entendesse, acho que essa reunião é importante, quanto mais rápido para nós todos é melhor, mas que se desse pelo menos esse tempo para essa ida até Brasília, porque não quero que cada vez surjam mais opiniões, mais coisas lá em Brasília, a respeito do Banco do Estado, que tenhamos que voltar a discussão aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Então, vamos por às claras, se tiver necessidade, diante das opiniões que o Presidente do Banco e os Diretores trouxeram aqui, de ser

instalada uma CPI, vou continuar defendendo a instalação de uma CPI; se estiver convencido de que as explicações são satisfatórias, Vossa Excelência tem o compromisso da Bancada do PT: seremos os primeiros a dar uma declaração pública para o Estado do Paraná, em relação ao Banco do Estado, de que não há nenhuma dúvida a respeito de suas operações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes, quero responder ao Deputado Vanhoni.

Realmente assumi um compromisso com o Deputado Vanhoni de realizar a sessão secreta quando ele voltar de Brasília, o que deve ser o mais rápido possível, porque entendo que a presença do Deputado Vanhoni, pela sua qualidade de membro da Mesa e, principalmente por ser funcionário do BANESTADO, é muito importante.

O Deputado Rossoni também concorda que a sessão seja realizada tão logo Vossa Excelência regresse de Brasília. Vossa Excelência entrará em contato com as Lideranças, com o Deputado Líder do Governo, e faremos essa sessão aqui em Plenário. Sessão oficial - secreta - mas oficial.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem) - O assunto relacionado ao Banco do Estado foi discutido por todas as Lideranças, mencionado no Anais desta Casa, que serão transcritos na nossa história.

Mas tinha um fato maior, Senhor Presidente, que ascende realmente aos interesses de todos nós, do Paraná. É o fato que Vossa Excelência participa, é realmente fazer com que as duas maiores, entre as maiores autoridades deste Estado, realmente falem a linguagem do Paraná. Nada traz ao nosso Estado a posição do Senador Requião; muito menos ainda a resposta do nosso Governador Jaime Lerner às interpelações que são feitas de ambos os lados; muito menos ainda os adjetivos colocados de ambas as partes. E a vossa pessoa, com o nosso testemunho e da Mesa Executiva, tentou e está tentando que ambos os lados realmente voltem, um a ser Governador e outro Senador da República, e deixa a tribuna realmente para o povo do



Paraná crescer, desenvolver e ter emprego.

Meus parabéns, Anibal, pela sua postura desta tarde de hoje, do dia de ontem e de antes de ontem, principalmente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Agradeço as manifestações de apoio dos Senhores Deputados e aguardo com serenidade a convocação que será feita através de Requerimento de todas as Lideranças ou de todos os Deputados para convocação dos Diretores do BANESTADO, Presidente do BANESTADO e Secretário da Fazenda.

E, assegurando mais uma vez que, dentro do Plenário, na sessão secreta, não haverá sigilo bancário, preservamos o Banco de algumas informações que não possam ser divulgadas, mas queremos e desejamos a absoluta sinceridade dos seus dirigentes, inclusive do meu filho.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Tenho

um Requerimento com relação ao Banco, e gostaria que Vossa Excelência até deixasse de lado, tendo em vista que nesta reunião posso abordar os Diretores do Banco a respeito do que estou questionando aí.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Toti Colaço retira Requerimento, anunciado por Sua Excelência.

Requerimento nº 309, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 310 e 311, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 312, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 313 a 317, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 321, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 322 e 323, de autoria do Senhor Deputado Renato

Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 324, de autoria dos Senhores Deputados Péricles Mello, Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Doutor Rosinha e Irineu Colombo, constante do expediente. **Retirado pelos autores.**

Requerimentos nºs 325 a 327, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 328, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 329, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, com apoio do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 330, de autoria dos Senhores Deputados Péricles Mello, Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Doutor Rosinha e Irineu Colombo, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 181, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, com apoio dos Senhores Deputados Renato Adur, Techy Filho, Luiz Carlos Zuk e demais Senhores Deputados, constante de expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 13, às dez horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução nºs 035, 036 e 037/96.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 025, 159, 326 e 484/96.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/96.

Transcrição:

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, EM SESSÃO DO DIA 12 DE MARÇO DE 1997.